



Documento de Trabalho

Observador Rural

PREÇOS E MERCADOS DE PRODUTOS AGRICOLAS ALIMENTARES

João Mosca e Máriam Abbas

Nº 3
Janeiro de 2013

O documento de trabalho *OBSEVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional, individual e gratuita.

Também pode aceder-se ao *OBSEVADOR RURAL* no *site* do OMR: www.omrmz.org

Os objectivos do *OBSEVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais, com ênfase para o meio rural.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o OMR.

O *OBSEVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores, e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros

PREÇOS E MERCADOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ALIMENTARES

João Mosca¹ e Máriam Abbas²

1. INTRODUÇÃO

Os preços e mercados são elementos importantes nas decisões dos produtores, tanto na lógica da maximização do lucro como na da auto-suficiência alimentar, considerando os custos de oportunidade comparativamente com outros bens, com a utilização da mão-de-obra familiar na exploração agrícola e o assalariamento e com alocação de outros factores de produção.

Os preços, associados a outros elementos, são factores determinantes da competitividade da produção doméstica, tanto para as exportações como para a substituição de importações.

O funcionamento dos mercados é também importante para a estabilização dos preços no mesmo ano e em períodos de médio prazo, entre zonas, para a aproximação dos preços ao produtor e ao consumidor através de maior concorrência, sendo para o efeito importante boas condições de circulação de bens, informação aos produtores, estruturas dos mercados que favoreçam a concorrência, capacidade negocial dos produtores, entre outros aspectos. O Estado não pode desresponsabilizar-se das suas funções regulatórias, de intervenção na constituição de *stocks* físicos e/ou financeiros para assegurar a segurança alimentar e a estabilidade da oferta, bem como, se for caso, estabelecer subsídios que estimulem a oferta e reduzam os riscos do produtor como por exemplo infra-estruturas de regadio.

Sabe-se que os preços internacionais de alimentos tem tendência a aumentar a longo prazo, o que coloca a produção e a segurança alimentar na agenda das organizações internacionais especializadas e de muitos governos. Se o aumento dos preços (inflação) dos alimentos for superior que o incremento do rendimento monetário da população, está-se perante dificuldades acrescidas ou mesmo de inviabilização (ineficácia) de outras acções e medidas dos governos na luta contra a pobreza.

Por estas e outras importantes razões, o tema objecto deste estudo é parte integrante da investigação sobre a competitividade e a transformação estrutural do sector agrário, com ênfase para a produção alimentar e os pequenos produtores.

O presente texto estuda a evolução dos preços de alguns dos principais bens alimentares como o milho, o arroz, o feijão nhemba, o amendoim e a farinha de trigo. Estes produtos foram escolhidos considerando os seguintes critérios:

- O peso na estrutura produtiva dos pequenos produtores e nos rendimentos das famílias.
- Importância na dieta alimentar da maioria dos moçambicanos.
- Relevância das importações na oferta do mercado interno.

¹ Doutor em economia agrária e sociologia rural. Coordenador do projecto de investigação Competitividade e Transformação Estrutural do Sector Agrário no âmbito do OMR. Director Executivo do OMR. Professor catedrático e investigador na Universidade Politécnica.

² Licenciada em Economia pela Universidade Politécnica. Assistente de investigação do Observatório do Meio Rural no projecto de Investigação Competitividade e Transformação Estrutural do Sector Agrário. Mestranda em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. Bolseira do OMR.

O volume de exportações destes produtos (excepto para o caso do feijão nhemba sem peso na balança comercial agrícola) não foi critério inicial. Sabe-se que a exportação ganhou importância em relação ao amendoim, sobretudo depois de 2010. Este aspecto não está reflectido no estudo, considerando o período de análise seleccionado.

Os objectivos centrais do estudo são os seguintes:

- Verificar a evolução dos preços entre zonas produtoras e consumidoras ao longo de dois anos, considerando a sazonalidade da produção e as consequentes alterações nas quantidades oferecidas e, portanto, nos preços.
- Comparar os preços ao produtor e ao retalhista (ao consumidor), tanto nas zonas de produção excedentária como nas zonas deficitárias de milho e feijão nhemba.
- Comparar os preços locais ao produtor com os praticados no mercado internacional.
- Verificar qual a proporção da oferta de mercado interno satisfeita pelas diferentes fontes abastecedoras: produção local, importação subtraindo as exportações.

Além da introdução, o presente estudo tem mais sete secções. Na segunda secção faz-se um breve enquadramento teórico acerca do tema em estudo. A secção três refere-se à metodologia utilizada. A quarta secção apresenta as estatísticas dos produtos seleccionados, particularmente acerca dos preços ao produtor e ao retalhista em vários mercados. A secção seguinte compara os preços dos mercados internacionais e os nacionais. A secção seis apresenta as fontes da oferta no mercado interno. A sétima secção faz as conclusões mais relevantes e a oitava extrai algumas lições e sugere algumas medidas de política. Finalmente encontra-se a bibliografia.

2. BREVE ENQUADRAMENTO

2.1 Preços e mercados agrícolas

Na presente secção fazem-se algumas considerações teóricas sobre o tema do trabalho realizando chamadas acerca da realidade moçambicana.

Os preços são um dos incentivos com maior efeito sobre as decisões produtivas. Está ultrapassada a ideia acerca da rigidez/inelasticidade³ da produção agrícola e, sobretudo, dos pequenos produtores aos incentivos de mercado, neste caso dos preços. Vários estudos revelam o contrário. No entanto, outros indicam que os preços, por si só, podem não originar as reacções desejadas na produção. O debate de Delgado e Mellor (1987 e 1984) com Schiff (1987) revela que a conjugação do efeito preço com outras medidas (irrigação, tecnologia, extensão, formação, comercialização, etc.), produz maiores respostas que a subida do preço como medida isolada. Lele (1989:46) considera que “é patente a necessidade de abordar problemas diferentes dos preços – tais como os acordos sobre a propriedade da terra, geração e adaptação de novas tecnologias, o desenvolvimento do acesso ao crédito, serviços de extensão e os mercados”. Existem casos, como o referido por Berthelemy e Morrisson (1989), em Mosca (2008:143), que “indica que em Moçambique e na Tanzânia, em situação de penúria de mercados rurais, os produtores diminuíram a produção em resposta a um aumento dos preços. Com uma menor quantidade de produtos disponíveis no comércio rural (oferta), obtém-se dinheiro idêntico ou superior que em momento anterior, podendo adquirir-se o mesmo ou maior volume de bens, esgotando-se a oferta desses bens”. Em resumo,

³ A elasticidade mede a variação percentual de uma variável quando uma outra pertencente à mesma função se altera em um por cento. Neste caso, que variações existem nos preços (ou nas quantidades) quando uma outra variável, as quantidades (ou os preços) se alteram em 1%.

as políticas de preços, por si só, podem não levar aos resultados produtivos desejados fazendo com que exista uma elasticidade baixa ou mesmo uma relação inversa entre preço e oferta⁴.

Este trabalho pressupõe que existe em Moçambique um crescente conhecimento dos mercados por parte dos pequenos produtores⁵. Este facto facilita as decisões produtivas e de venda devido à existência de uma melhor informação com a conseqüente redução das assimetrias e das distorções dos mercados. Não obstante o trabalho do SIMA, existem margens de melhoria do sistema de informação, como por exemplo:

- A cobertura espacial persistindo vastas zonas produtoras não cobertas, tanto pela recolha como pela disponibilização pública da informação.
- Frequência temporal da recolha de dados e de divulgação da informação e portanto, com possibilidade de redução da utilidade em decisões rápidas dos agentes económicos.

Os preços ao produtor agrícola dependem de vários factores do mercado, designadamente:

- Da procura e sua relação quantitativa com a oferta e as variações sazonais como conseqüência das épocas de colheita.
- As importações, principalmente para o sul do país e em especial para a cidade de Maputo⁶.
- Os elevados custos de transporte entre o norte e centro (zonas produtoras) com o sul (zona deficitária).
- As dificuldades da circulação de bens agrícolas das zonas produtoras em conseqüência do estado das estradas de nível secundário e terciário.
- A fraqueza (baixa cobertura espacial e pouca capacidade) da rede comercial fixa, implica que uma parte significativa da comercialização seja realizada por agentes económicos que surgem no meio rural nos períodos de colheita. Esta realidade configura uma estrutura de mercado monopsónica (apenas para os casos do algodão, tabaco e açúcar) ou oligopsónica⁷ móvel que reduz a capacidade negocial individual dos pequenos produtores. Agravam esta realidade, as assimetrias de informação e de conhecimento dos mercados. Observa-se no entanto, um crescente número de agentes económicos que comercializam produtos agrícolas, sobretudo os exportáveis. A comercialização de produtos alimentares das zonas excedentárias principalmente para o sul do país, é em grande medida realizado por comerciantes informais e pelos(as) vendedores(as) dos bazares⁸.
- Dispersão e pequena escala dos produtores, o que dificulta a actuação das empresas de comercialização e a capacidade negocial dos produtores, bem como a capacidade de fornecimento de volumes elevados e de forma continuada (por exemplo no abastecimento a indústria).

⁴ Estas são razões pelas quais este trabalho aborda teoricamente a problemática dos preços e mercados de forma mais ampla, mesmo que o tratamento estatístico se restrinja aos preços.

⁵ A massificação dos telemóveis, a informação dos mercados realizada pelo SIMA (Sistema de Informação de Mercados) e algumas rádios comunitárias, têm contribuído para este facto.

⁶ Moçambique importa trigo, arroz, milho (sobretudo para o sul do país podendo provocar elasticidades cruzadas), frutas, hortaliças, entre outros produtos alimentares. Segundo Mosca e Bruna (2012), “as importações agrícolas e alimentares representam aproximadamente 1/5 das importações totais” de Moçambique e a balança comercial agrícola é persistente e crescentemente negativa.

⁷ Monopsónio: estrutura de mercado em que existe um agente económico do lado da procura e muitos do lado da oferta (situação inversa à do monopólio). Oligopsónio existe quando há alguns agentes económicos do lado da procura e muitos do lado da oferta (situação inversa ao oligopólio).

⁸ Em algumas zonas, sobretudo onde existem mais excedentes, estrutura-se redes de comercialização, como são os pequenos comerciantes que adquirem e escoam a produção local para as sedes de distrito ou outros locais onde estes vendem a outros comerciantes, geralmente “externos” ao meio rural, que comercializam os produtos em zonas de grande consumo, às fábricas ou exportam.

- Uma parte significativa dos produtos agrícolas é comercializada por canais de comércio informal e pelos próprios produtores, sobretudo ao longo das principais estradas que conectam o meio rural aos centros urbanos. Não são conhecidas estimativas sobre as quantidades comercializadas através destes circuitos.
- Existe também o comércio informal transfronteiriço⁹ sobretudo em momentos de escassez de um dos lados da fronteira e desde que existam excedentes na outra parte. Tem importância o comércio com o Malawi e a Zâmbia e a evolução da produção na região, particularmente da África do Sul. As variações nos excedentes regionais têm influência nos preços de importação para o sul do país (principalmente para as moageiras e fábricas de rações com possíveis elasticidades cruzadas¹⁰) e na procura nas zonas excedentárias¹¹.
- A variabilidade sazonal dos preços tem ainda como causa a baixa capacidade de armazenagem por parte dos produtores e a nível local¹², o que não possibilita a gestão das vendas em função dos momentos em que os preços são mais favoráveis ao produtor.
- Existe uma elevada possibilidade de substituição entre bens alimentares considerados “superiores¹³” e “inferiores¹⁴”, provocando elasticidades cruzadas entre a mandioca e a batata-doce, o milho e a mapira, entre a carne de vaca e a da galinha, a carne por feijão, etc. As mudanças de consumo entre bens superiores e inferiores são, geralmente, provocadas por alterações na oferta ou na procura, seja pelo efeito preços - variações nos preços, geralmente em alta, como por redução dos rendimentos (salários reais, desemprego, etc.). Deve-se ainda considerar as epidemias que sejam transmissíveis e que se alastram para zonas não afectadas prejudicando a produção.

Não obstante a multiplicação de agentes de comercialização agrícola, persistem zonas com excedentes não escoados. Isto é, permanecem vastas zonas do país sem cobertura comercial, o que desincentiva os produtores e afecta os seus rendimentos, cria distorções nos mercados e afecta negativamente os preços.

⁹ “Estudos efectuados pela USAID na África Oriental e Austral demonstraram que o comércio transfronteiriço da maior parte de produtos agrícolas, é bastante maior do que o reportado oficialmente. Por exemplo, em 1994-95, as exportações agrícolas do Uganda eram iguais a 60 por cento do total das exportações oficiais” Wolgin (2001).

¹⁰ A elasticidade cruzada representa as alterações nas quantidades (ou nos preços) oferecidas ou procuradas de um bem, quando existem alterações na procura (ou nos preços) de um outro bem que lhe seja sucedâneo. Por exemplo, a subida do preço da carne de vaca pode provocar o aumento da procura de carne de galinha com o conseqüente aumento do preço desta.

¹¹ Existe em alguns sectores da população e de agentes económicos, uma opinião negativa sobre o comércio informal transfronteiriço, referindo-se como contrabando, ausência de nacionalismo, etc.

¹² A baixa capacidade de armazenagem (cerca de 560 mil toneladas, Cassamo, 2012) implica, não só, dificuldade de reter bens para os períodos em que não existem colheitas, como contribui também para enormes perdas pós-colheita, e ainda aumenta as dificuldades de escoamento de grandes volumes entre as zonas excedentárias e deficitárias. Isto é, as zonas excedentárias e os produtores estão habituados a vender os bens no momento da colheita, não beneficiando das diferenças de preços ao longo do ano conforme fica demonstrado neste estudo. Uaiene (2008) afirma que “a capacidade diminuta de infra-estruturas de armazenamento levou o vizinho Malawi a instalar silos de grande capacidade junto à área fronteiriça, de forma a captar a produção das províncias mais próximas ...”, em Cassamo 2012.

¹³ Bens superiores, tal como se designa na literatura económica, referem-se aos bens considerados de luxo ou com melhores características nutricionais, ou que possuem alguma transformação e/ou são embalados para permitir uma melhor apresentação para satisfação dos consumidores mais exigentes. São geralmente procurados por consumidores de rendimentos médios e altos, conhecedores das características alimentares dos produtos e que possuem preocupações com a saúde e prevenção de doenças. Por exemplo, os bens biológicos, pelas suas características e produção em sistemas de produção de menores produtividades e custos médios mais altos, possuem preços mais elevados.

¹⁴ Os bens “inferiores” são aqueles que possuem características opostas aos “superiores”: qualidade indiferenciada, preços mais baixos devido à produção e consumo de massa em grande volume e com mercados não segmentados, sem ou com pouca transformação, sem preparação para a venda ao público (por exemplo, venda a granel).

Para a produção nacional poder concorrer com os bens importados, terá de competir com preços iguais ou inferiores. Existem também aspectos de qualidade, sobretudo quando se trata de bens primários para a industrialização, como, por exemplo, é o caso do milho¹⁵. A homogeneização da qualidade do grão e a estabilidade da oferta em quantidade demandadas pelas indústrias dificultam a compra pelas fábricas do milho nacional. A subida dos preços internacionais de bens agrícolas (que parece ser uma tendência de longo prazo), Jorge (2012), pode constituir uma oportunidade para as economias como Moçambique (veja mais adiante). As exportações são incentivadas e permitem políticas de substituição de importações. O caso da soja, segundo Woodhouse (2012) e Hanlon e Smart (2012), revela a adopção relativamente rápida desta cultura pelos pequenos produtores contribuindo para a redução das importações de matérias-primas para a indústria de rações¹⁶. Verificam-se ainda aumentos de produção de gergelim e feijões (bóer e holoco) em que os agentes económicos que comercializam e exportam esses bens, estão a beneficiar dos preços internacionais favoráveis, Woodhouse (2012: 173).

Para além das variações em função dos mercados (procura, oferta e estrutura), da comercialização e da armazenagem, existem ainda factores estruturais produtivos que influenciam os preços, destacando-se:

- A quase totalidade da oferta interna é realizada por produtores de pequena escala sem irrigação¹⁷. Mesmo que sem estudos específicos, está assumido que este é um factor de grande incerteza sobre os volumes produzidos¹⁸.
- Baixa produção e produtividade em consequência de um conjunto de razões sobretudo a dimensão das parcelas¹⁹ que dificulta a aplicação de alguns factores de capital, como por exemplo a mecanização, condição necessária para o aumento das áreas. A expansão das superfícies, com

¹⁵ “Há também barreiras de qualidade à compra por moageiras industriais de milho produzido localmente. Em parte, isto deve-se às más condições de armazenamento, de que resultam danos causados por pragas e fungos. Uma parte importante é também, no entanto, devido à variedade de milho cultivado pelos produtores de pequena escala”, Woodhouse (2012: 172). O mesmo autor esclarece que este milho é do tipo vítreo, duro, bom para pilar mas que as moageiras industriais preferem o milho mole por possuir uma maior percentagem de extracção de farinha por quilo de matéria-prima. O milho nacional é preferido pelos consumidores devido à facilidade de pilar e ao sabor.

¹⁶ A experiência da introdução da cultura da soja, assim como do tabaco, revelam que existem respostas rápidas de produção quando existe apoio técnico (extensão, mesmo que fundamentalmente no quadro do paradigma da extensão comercial), fornecimento assegurado de insumos com eventual crédito, garantia de venda (mercado), uma empresa que estabelece contractos com os pequenos produtores e preços estimulantes. As questões críticas destas intervenções são as seguintes: (1) vulnerabilidade dos pequenos produtores face à mudança de estratégias das empresas e dos mercados internacionais; (2) crédito em troca da produção futura e os riscos inerentes à produção; (3) mercados monopsonicos, desequilíbrio da capacidade negocial e assimetrias de informação.

¹⁷ Segundo Uaiene (2012: 60), com base nos dados do TIA, (Trabalho de Inquérito Agrícola), não mais de 13% das explorações agrícolas possuem áreas irrigadas em 2007. Note-se que estão em curso elevados investimentos na recuperação de terras infra-estruturadas e existem elevados investimentos em novas áreas de regadio, (Cassamo, 2012).

¹⁸ Woodhouse (2012: 175) afirma: “... apesar da precipitação média anual ser relativamente elevada na maior parte do Norte de Moçambique, a incerteza na distribuição da pluviosidade é o maior obstáculo individual e a maior fonte de risco para a produção agrícola”.

¹⁹ Cerca de “99,3% (1.641.158/1.652.348) das explorações possuíam em 1970 perto de 48,8% da superfície agrícola e as empresas com mais de 2.500 hectares representavam 0,013% (219/1.652.348) das explorações agrícolas e ocupavam 30,4% da superfície total. As explorações dos pequenos produtores (menos de 10 hectares) possuíam em média 1,5 hectares. Trinta anos depois, com base no Censo Agro-Pecuário (CAP) de 2005, existiam 99,6% das explorações agrícolas no grupo das pequenas (menos de 10 hectares). Estes dados são semelhantes aos obtidos pela Missão de Inquérito Agrícola (1970). Em MINAG (s/ data), afirma-se que a área cultivada por família varia em média, em todo o país, entre 1,2 e 1,6 hectares (com e sem utilização de mão-de-obra assalariada respectivamente). Em 1970 era semelhante: 1,5 hectares por família. Carrilho *et al* (2003), divide o pequeno produtor em tercís segundo o rendimento familiar e indica que em média, cada família utiliza entre 1,25 e 2,01 hectares (1º e 3º tercís)”, em Mosca (2012: 25).

as actuais formas de preparação da terra, possui um limite baixo e com pouca margem de incremento devido ao crescimento relativamente lento da população (cerca de 2% em Moçambique) e dos efectivos pecuários nas zonas onde há a tradição da tracção animal²⁰.

- Limitada, ou quase nula, intensificação do capital e gestão deficiente do manejo produtivo, obtendo produtividades por hectare e por jornada de trabalho baixos e consequentes fracos rendimentos monetários²¹.
- As técnicas utilizadas, a irrelevância dos incentivos produtivos, a baixa formação profissional e fraca assistência técnica²² não favorecem incrementos significativos de produção.
- A gestão da produção é realizada no quadro de racionalidades onde persistem lógicas que combinam a integração nos mercados e a auto-suficiência alimentar, e onde o lucro (margem bruta) nem sempre é o único objectivo a maximizar. Estratégias de minimização de riscos, a divisão etária e sexual do trabalho no contexto das funções sociais e económicas das famílias, a integração social das famílias nas comunidades e as estruturas clânicas e étnicas, são também factores a considerar na análise da capacidade produtiva.
- Os custos de produção em termos monetários são baixos assentes no factor trabalho da família e em técnicas de baixa intensidade do capital²³.

Este conjunto de factores implica que as famílias têm um baixo rendimento proveniente da produção agrícola. A evolução da produção está associada aos seguintes factores:

- Redução da insegurança alimentar com diferentes graus de produção própria para cobrir as necessidades alimentares básicas.
- Alterações das lógicas produtivas praticadas através de gerações e que sejam obstáculos à transformação estrutural da economia das pequenas explorações - dimensão da superfície (terra), tecnologia (capital) e trabalho (assalariamento e qualificação)²⁴.

²⁰ Excepto em algumas zonas limitadas, por exemplo na Angónia (província de Tete), a quase totalidade do gado bovino e a sua utilização para tracção animal concentra-se no sul do país com menor potencial produtivo agrícola.

²¹ Está em fase de finalização um estudo que revela este aspecto.

²² Segundo Uaiene (2012:60), em 2007, cerca de 4% das explorações agrícolas utilizavam fertilizantes e 5% pesticidas. Se forem retiradas as culturas que mais utilizam estes insumos (tabaco para o caso dos fertilizantes e pesticidas no algodão), o que resta para as culturas alimentares é insignificante. Segundo o mesmo autor (página 51) e com base no Censo Agro-Pecuário de 2010, 40,3% dos chefes de exploração não sabiam ler nem escrever, 14,1% eram alfabetizados e 23% tinham o 1º grau de escolaridade (4 anos). Segundo o Banco Mundial (2006), o “nível de escolaridade não parece afectar significativamente a produção agrícola em média, um ano adicional de escolaridade está associada com apenas 1,9 por cento do aumento da renda agrícola”, em Uaiene (2012: 65). Na mesma página pode ler-se: “Vários estudos indicam que a extensão agrária afecta significativamente a produção agrícola, mas o baixo nível de educação dos produtores, particularmente dos chefes dos agregados familiares, faz não afectar a adopção da tecnologia, nem a renda, Uaiene (2009). Serviços de extensão têm limitada cobertura mas onde esses serviços estão disponíveis, o rendimento do agricultor tem aumentado. O aumento da produtividade podia ser maior se houvesse diversidade nas mensagens técnicas e todos os serviços de apoio estivessem funcionando em pleno”. É conhecida a debilidade da rede de extensão rural pública, tanto no que respeita aos valores orçamentados (excepto em 2008 e 2009 na série 2001-2010), como quanto ao reduzido aumento do número de extensionistas, Ministério da Agricultura (2009).

²³ Os custos de produção dos factores adquiridos no mercado são baixos, considerando que grande parte da mão-de-obra é familiar (apenas com custo de oportunidade), uma parte dos insumos são produzidos na exploração (por exemplo sementes) e a utilização de fertilizantes e pesticidas, crédito, etc., é quase zero para a grande maioria das explorações de pequena escala. O trabalho é assim o principal factor de produção com possibilidade de utilização alternativa e é simultaneamente um factor escasso que importa maximizar para o conjunto das utilidades da família que não são apenas os bens realizados na exploração. Woodhouse (2012: 176) afirma que “o obstáculo principal à produtividade agrícola é a escassez de mão-de-obra”. No entanto, é um bem de oferta rígida, isto é não se altera a curto prazo em consequência dos baixos ritmos de crescimento demográfico (cerca de 2,1% em Moçambique).

- Transformação estrutural dos sistemas de produção (manejo cultural, composição das culturas, técnicas utilizadas, gestão e inovação) para aumento da produtividade, da competitividade e dos rendimentos, como forma de evitar-se o que se pode designar em termos sociológicos como auto-exploração do trabalho familiar²⁵.

A literatura económica refere a tendência para a queda dos preços agrícolas a longo prazo²⁶. Existem evidências de que a procura de bens alimentares de primeira necessidade é inelástica²⁷ devido a pequenas variações de curto prazo da população (volume de consumidores) e dos rendimentos.

No caso de Moçambique, a evolução dos preços dependerá do comportamento das variáveis da função de oferta (principalmente dos preços e incentivos económicos, das mudanças tecnológicas e dos preços dos bens sucedâneos²⁸) e das variáveis da demanda (sobretudo da população e dos rendimentos). Considerando os actuais níveis de subnutrição e dos rendimentos médios, pode sugerir-se que existem margens de expansão rápidas das necessidades (da procura) alimentares. Do lado da oferta, a médio prazo, a quantidade produzida dependerá da introdução do factor capital (único factor com possibilidades de mudança rápida, especialmente sementes de maior potencial produtivo, fertilizantes e extensão) e da redução dos riscos (irrigação, armazenagem e tratamentos pós colheita). Os restantes factores de produção – terra e trabalho – são rígidos a curto e médio prazo. Caso a oferta aumente mais rapidamente que a procura haverá provavelmente um decréscimo dos preços.

Existe ainda o dilema dos preços agrícolas que consiste, em resumo, na relação e nas funcionalidades entre o custo de vida baixo nas cidades (onde as despesas em bens alimentares têm um grande peso no cabaz de compras), para assegurar a competitividade assente em tecnologias intensivas em trabalho, e os níveis dos preços ao produtor agrário que incentivem o aumento da oferta. Está-se perante uma estratégia de custos reduzidos dos factores internos.

O estudo dos preços absolutos (nominais e reais) tem validade limitada. É necessário complementar com análises de preços relativos.

2.2 Preços relativos e termos de troca

O estudo dos preços relativos revela-se importante pois influenciam as opções, tanto com o objectivo da maximização de excedentes produtivos e económicos como em função dos custos (sobretudo da

²⁴ A transformação estrutural implica mudanças nas relações de utilização entre os factores produtivos trabalho, capital (dinheiro, máquinas, insumos, infra-estruturas, etc.) e terra (geralmente considerada como capital), também conhecido como inovação tecnológica.

²⁵ Auto-exploração familiar não significa necessariamente a exploração de um ou mais membros pela família, mas sim a disponibilização da família em aceitar produzir e vender bens com baixa remuneração através de, ou supondo, um elevado sacrifício no nível e qualidade de vida. Esta realidade existe quando não há alternativas de rendimento para as famílias. A auto-exploração pode também significar a incorporação de crianças e idosos no trabalho. O conceito de exploração implica a apropriação por alguém dos resultados (excedente económico) do trabalho de outros. No caso das explorações familiares, cujo rendimento provém principalmente da agricultura, seria necessário conhecer as lógicas e como se realiza a alocação dos rendimentos dentro da família e a apropriação do excedente por parte de um dos membros (geralmente o chefe do agregado).

²⁶ Este enunciado pressupõe que a oferta (devido à inovação tecnológica), evoluirá de forma mais rápida que a demanda, o que implica um deslocamento da curva da oferta em maior proporção fazendo baixar os preços.

²⁷ Diz-se que existe uma elasticidade inelástica quando a alteração em 1% de uma variável (preços ou quantidades) provoca uma mudança na outra variável (quantidades ou preço) numa percentagem inferior à unidade.

²⁸ Bens sucedâneos são aqueles que podem substituir-se mutuamente; por exemplo, milho e sorgo, pão de trigo e de milho, feijão por amendoim, carne de vaca por carne de galinha, etc.). Quando o preço de um deles aumenta pode fazer aumentar a procura do outro e, conseqüentemente, fazer elevar o seu preço.

necessidade de capital para a aquisição de insumos) e da relação entre proveitos familiares e o volume de trabalho²⁹.

Para a análise relativa dos produtos alimentares são importantes as seguintes comparações:

- Os rendimentos obtidos pelos bens alimentares e bens comercializáveis (exportáveis) ou não consumidos pelas famílias (por exemplo soja). Se existirem vantagens na produção das *cash crops* pode verificar-se uma redução dos bens alimentares.
- A comparação entre, por um lado, os rendimentos provenientes da produção de bens alimentares e do conjunto da produção familiar e, por outro lado, os rendimentos obtidos de outras actividades não agrárias (comércio informal, extracção e exploração de recursos naturais - lenha, estacas para construção e carvão vegetal -, assalariamento de um ou vários membros da família. A verificação desta particularidade, pode implicar a redução das superfícies trabalhadas e a dedicação do fundo de tempo de trabalho da família na agricultura preferindo outras ocupações que proporcionam maiores rendimentos.
- As relações de troca entre os preços da produção agrícola e os bens e serviços de outros sectores³⁰.
- A evolução comparada entre os preços dos produtos agrícolas e os salários (considerando o salário mínimo) e a inflação³¹.

Tem particular importância a evolução relativa entre os bens agrícolas e os bens e serviços procurados pelas famílias rurais ou, dito de outra forma, a evolução do poder de compra dos rendimentos obtidos nas explorações de pequena escala face a esses bens e serviços. Não existem estudos que cubram séries temporais que proporcionem conclusões consistentes. O método de estabelecimento dos preços ao produtor a partir do preço de exportação garantindo as margens de lucro ao longo da cadeia produtiva (casos do algodão, tabaco e, em alguns casos, para o arroz e o milho) e a desvantagem no poder negocial, indicam que não são os pequenos produtores os principais beneficiários quando há aumentos dos preços e são, provavelmente, os mais sacrificados em situação contrária. Este é um elemento que necessita atenção no quadro das cadeias de valor, sobretudo daquelas em que os agentes económicos das fases de comercialização - transformação – exportação, não são residentes nem possuem interesses no meio rural. Nestes casos, a acumulação da cadeia de valor localiza-se fora do meio rural resultando na transferência dos excedentes produtivos e económicos para os centros urbanos e/ou para o exterior do país³². Esta análise tem importância na medida em que permite detectar em que fase da cadeia produtiva se localiza/concentra a acumulação e, por conseguinte, a capacidade de investimento.

Estas análises devem ser realizadas em termos de lucro e, também, em termos dos rendimentos por tempo de trabalho despendido pela família na produção.

2.3 Preços, mercados agrícolas e Estado

²⁹ Vários estudos apresentam as racionalidades e opções produtivas dos pequenos produtores considerando como principal factor restritivo o trabalho do agregado e a necessidade da sua utilização eficiente no quadro das diferentes ocupações económicas e sociais das famílias. Veja por exemplo a obra clássica de Chayanov (1974): *A organização da unidade económica camponês*, dos finais do século XIX e o contributo de Theodore Schultz (1965): *Transformação da Agricultura Tradicional*.

³⁰ Eduards *et al* (1990, Apêndice 9), em Abrahamsson e Nilsson (1994: 57), revela que em Moçambique, na segunda década dos anos oitenta, os termos de troca dos pequenos produtores face a outros sectores, evoluíram negativamente.

³¹ Este tema está sendo estudado pelo OMR.

³² Este aspecto poderia constituir uma investigação com o objectivo de fazer um balanço dos fluxos de recursos entre o meio rural e o urbano (por exemplo, através do orçamento, poupança e crédito, investimentos públicos e privados, diferença de preços, migrações - factor trabalho-, salários, entre outros).

Não existem dúvidas sobre a forte influência das políticas públicas no sector agrário nos países desenvolvidos, tanto actualmente como no passado. Na época produtivista³³ da Política Agrária Comum (PAC) da União Europeia utilizaram-se preços de garantia, aquisições de excedentes, quotas de produção, barreiras alfandegárias, subsídios de combustível, apoios à modernização agrária através da comparticipação em investimentos dos produtores, entre outros mecanismos. Os Estados Unidos e Japão possuem políticas similares.

Contrariando as lógicas de mercado, os Estados intervêm na agricultura e no meio rural pelas seguintes razões principais:

- A segurança alimentar (ou determinados níveis de segurança/auto-suficiência) é considerada politicamente importante e uma questão de soberania.
- A relevância de alguma graduação da equidade social³⁴ (principalmente através dos níveis de rendimento das famílias e da lucratividade dos agricultores) e da coesão espacial dos territórios (obtida pela prestação de serviços públicos, infra-estruturas que articulam os território, transportes e comunicações).
- Necessidade de assegurar a preservação do ambiente e dos recursos naturais.
- Retenção da população no meio rural como forma de assegurar as funções de coesão e ambientais e de produção de bens e serviços consumidos principalmente nas cidades.

As principais lições da PAC são as seguintes: (1) a persistência de uma política continuada durante décadas que resistiu às críticas anti produtivistas devido aos efeitos sociais e ambientais; (2) os efeitos rápidos dos apoios diversos e conjugados à agricultura, sobretudo dos subsídios aplicados mediante resultados produtivos³⁵; e, (3) a capacidade de realização de ajustamentos e reformas após o alcance do

³³ A época produtivista foi a que se seguiu à década dos anos sessenta, cujo objectivo era a maximização da produção para assegurar níveis de auto-suficiência alimentar considerada como uma questão de soberania. Era ainda objectivo reduzir os preços dos bens agrícolas e de consumo. Esta opção produtivista, após a criação de excedentes agrícolas, foi objecto de várias críticas, nomeadamente:

- A agricultura representou nos anos setenta do século XX cerca de 60% do orçamento comunitário.
- Abandono populacional do campo (êxodo rural) com efeitos ambientais negativos e desestruturação da coesão territorial.
- Baixa competitividade do sector agrário europeu.
- Alterações dos destinos dos subsídios por cultura em consequência da evolução da produção, do mercado internacional e dos custos de armazenagem suportados pela União Europeia, provocando variações exógenas nas opções produtivas com consequência ao nível do produtor, dos seus rendimentos e das tecnologias. Isto é, as mudanças de subsídios por cultura exigem flexibilidade dos produtores no que respeita ao domínio das técnicas praticadas em diferentes culturas, conhecimento e informação dos mercados e das políticas.
- Efeitos ambientais negativos devido à intensificação do capital (preparação do solo e uso de fertilizantes e pesticidas).

Seguiram-se sucessivas reformas à PAC que pretendiam suster o abandono populacional do campo, suster a queda dos rendimentos dos agricultores, produzir bens de qualidade com certificação de origem e fazer do meio rural um local de diversificação da oferta para aumentar o rendimento e responder às novas demandas da sociedade, sobretudo dos urbanos (produtos locais de qualidade, preservação do ambiente, desportos campestres e de montanha, lazer, preservação cultural e patrimonial, entre outras). Para um breve resumo veja Alegre (2012).

³⁴ A equidade social, pelo menos numa primeira fase, é obtida com intervenções do Estado de diferentes naturezas, assumindo graus de compromisso variáveis no tempo entre a eficiência económica e a função redistributiva.

³⁵ Existiram diferentes formas de subsídio à agricultura. Importa destacar aquelas que asseguravam preços garantidos, independentemente dos preços dos mercados, como forma de assegurar e estabilizar determinados níveis de rendimentos dos agricultores. Significa que o subsídio era concretizado mediante a realização da produção e não aos insumos (embora existissem preços de gásóleo para as máquinas agrícolas). Os subsídios pós-realização da produção são mais eficazes e fáceis de aplicação e existem menores possibilidades de desvio.

objectivo da produção de excedentes alimentares. O parágrafo seguinte revela o volume de apoio à agricultura europeia.

“O total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da Comunidade de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) foi, em 2001, cerca de 52 mil milhões de dólares, enquanto os subsídios agrícolas dos mesmos países foram de 311 mil milhões de dólares, cerca de seis vezes mais, PND (203:156). O PIB da África Subsariana é de 301 mil milhões, menos que os agricultores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) recebem de subsídios agrícolas. A UE afecta 903\$ de subsídio por vaca anualmente, sendo o rendimento *per capita* médio anual da África Subsariana (ASS) de 490 dólares (menos de metade) e a ajuda anual da União Europeia para a ASS é de 8 USD por africano, PNUD (2003: 155). Cada vaca japonesa recebe anualmente 2.700 dólares de subsídios enquanto este país contribui com 1,47 dólares *per capita* para a ASS”, em Mosca (2004: 108 e 109).

Esta realidade demonstra que a agricultura nos países desenvolvidos não é competitiva no mercado de factores de forma a atrair capital (investimento, crédito, tecnologia, etc.) e trabalho (mão-de-obra devido aos níveis salariais). É mais eficiente alocar esses recursos escassos das economias aos sectores mais competitivos interna e internacionalmente, induzindo a especialização produtiva das economias (divisão internacional do trabalho).

Estes factos revelam ainda que, sendo os mercados não favoráveis ao desenvolvimento agrário (principalmente de produtos alimentares) devido à competitividade interna entre os factores de produção e a existência de países tradicionalmente exportadores (e portanto competitivos), a emergência de novas potências agrárias exige intervenções públicas para a transformação estrutural e a competitividade.

Em contextos de economias com mercados crescentemente abertos, a realidade demonstra que a liberalização dos mercados agrícolas, realizada de forma isolada, assim como a retirada do Estado das funções regulatórias, de fiscalização e influência indirecta dos mercados, produz muitas vezes efeitos não desejados. Tostão e Tschirley (2010), depois de referirem algumas intervenções do Estado com efeitos negativos nos mercados³⁶ afirmam: “No entanto, os governos não podem, de forma credível, ausentar-se completamente destes mercados, por duas razões: primeiro, a bem conhecida fraqueza dos mercados de alimentos na África Oriental e Austral (AOA) significa que, pelo menos para um futuro a médio prazo, o nível de variabilidade sazonal e inter-anual dos preços que prevaleceria num regime de actividade exclusivamente privada iria, provavelmente, ultrapassar o que é politicamente aceitável. Em segundo lugar, a importância política com que se revestem esses mercados, significa que os governos,

³⁶ “O efeito dessas acções governamentais no mercado doméstico pode ter aumentado a instabilidade, ao invés de diminuí-la: Na Zâmbia e Malawi, a gestão das importações pelo governo contribuiu para elevar os preços acima da paridade de importação várias vezes durante a última década, Tschirley e Jayne (2010). A má gestão da reserva de cereais do Malawi em 2001 originou aumentos enormes de preços durante a época da comercialização de 2001/02 (Devereaux, 2002). A razão fundamental deste resultado é a incapacidade do governo de se comprometer em seguir um sistema baseado em regras e uma política menos discricionária, mesmo que esse compromisso permitisse que o governo se envolvesse directamente no mercado durante os períodos de escassez e alta de preços. Como resultado, o comportamento imprevisível do governo acaba criando um risco elevado para os operadores privados, reduzindo os seus incentivos para fazer comércio e armazenagem que poderiam satisfazer uma grande parte dos objectivos de segurança alimentar pretendidos pelos governos (NEPAD, 2004; ver também abaixo). No final de tudo, tanto os produtores como os consumidores perdem. Os pequenos agricultores são penalizados quando produzem excedentes pela queda dos preços e falta de mercado, o que reduz o seu incentivo para produzir. Os consumidores também têm enfrentado uma maior instabilidade nos mercados de cereais relacionada com a quantidade física disponível e o preço. Portanto, na maioria dos casos, a experiência com as reservas estratégicas de cereais - e a política comercial *ad hoc* que as acompanham - tem sido até agora insatisfatória nesta parte de África (NEPAD, 2004)”, em Tostão e Tschirley (2010).

especialmente os governos eleitos democraticamente, têm que ser vistos como que “a fazer algo” (Poulton *et al* (2006) para fazer funcionar melhor os mercados”.

Em Moçambique houve várias experiências. Existiu o Instituto dos Cereais de Moçambique (ICM)³⁷, cujas funções foram assumidas depois de 1975 pela DINECA (Direcção Nacional de Economia e Comercialização Agrária)³⁸ e posteriormente pela AGRICOM E.E. (Empresa Estatal de Comercialização Agrícola) que eram agências do Estado para a intervenção nos preços e mercados agrícolas. Semelhantes funções tinha a Empresa de comercialização de carnes e peles (GAPECOM E.E.)³⁹. Em resumo, as agências do Estado desenvolviam as seguintes funções:

- Aquisição de cereais e outros grãos (AGRICOM E.E.) e carne e peles (GAPECOM E.E.) aos pequenos produtores.
- Importação de cereais não produzidos localmente ou com excesso de demanda interna (milho, arroz e trigo) e de carne.
- Comercialização, armazenagem e transporte de excedentes para as zonas deficitárias, sobretudo do norte e centro para o sul do país. A GAPECOM E.E. adquiria e, em alguns casos, colocava os animais em centros de engorda para benefício dos consumidores (maior oferta) e da empresa (mais receitas).
- Gestão de um fundo de estabilização de preços dos grãos, principalmente para assegurar preços baixos nas zonas deficitárias e, em particular, nas cidades⁴⁰.
- Renovação de sementes junto dos agricultores.
- Aluguer de tractores (que depois passou para a MECANAGRO E.E. - Empresa Estatal de Mecanização Agrária).
- Abastecimento de matérias-primas das moageiras e fábricas de descasque de arroz. Consequentemente, os custos de *stockagem* dos industriais eram transferidos (suportados) para o Estado (através do ICM – DINECA).

Destacam-se, para ambos os casos, as funções de estabilização de preços e da oferta (pela integração dos mercados e por importações), a extensão agrícola e pecuária e a cobertura de todo o território nacional, particularmente onde existiam maiores excedentes de produção. Nos dois casos as empresas obtinham receitas para cobrir os custos variáveis, sendo a maioria dos investimentos realizados através de donativos da cooperação ou por investimento público.

A liberalização económica atingiu também a AGRICOM E.E. e o ICM tendo sido extinto. Este último foi recriado em 1994⁴¹. No caso da GAPECOM E.E., “o Estado simplesmente deixou funcionar uma empresa

³⁷ Foi extinto após a independência pela Portaria n.º 103/75 de 4 de Novembro. Foi recriado pelo Estatuto Orgânico aprovado pelo Decreto n.º 3/1994 de 11 de Janeiro e revogado pelo Decreto n.º 26/2006 de 13 de Julho.

³⁸ Portaria n.º 103/75 de 4 de Novembro.

³⁹ “Não foi feita a privatização da empresa. A GAPECOM devolveu os matadouros aos concelhos municipais (excepto em Maputo). A empresa mantém-se em funcionamento mas circunscrita ao sul do país e para abastecimento da cidade de Maputo”, Mosca (2010: 131).

⁴⁰ A gestão deste fundo era da responsabilidade do Ministério do Comércio Interno.

⁴¹ Transcreve-se o que Luís Fabbri (1995) refere sobre os dois primeiros anos de actividade: “A função do ICM era de adquirir cereais à porta de seus armazéns a um preço mínimo a comerciantes, só fazendo a produtores em último recurso, ou seja, quando não haja comerciantes para escoar a produção de uma dada localidade. Com isso, o ICM oferece um mercado garantido para os comerciantes, promovendo assim a reactivação do comércio rural.

Como instituição do Estado, o ICM deveria assumir o seu mandato com fundos públicos. Porém, logo em 1994, teve que recorrer ao financiamento bancário, e não ocorreu em 1995, provavelmente, devido ao atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado. Tendo que honrar seus empréstimos, o ICM poderia ver-se, assim, obrigado a rentabilizar sua actividade, correndo o risco de transformar-se num concorrente público do sector privado. O nível de intervenção do ICM em 1994 foi bastante elevado, tendo adquirido 50% da produção comercializada de milho. Em Tete, por exemplo, o ICM comprou 40% de milho e 30% de feijão, fazendo uso de 12 armazéns distritais e um provincial.

sem qualquer incentivo ou política de comercialização e de abastecimento de carnes”, Mosca (2010: 131)⁴².

Actualmente existem algumas iniciativas do Estado ter alguma presença nos mercados, com a projectada realização de feiras de produtos agrícolas, a eventual reactivação do ICM e a construção de silos para grãos que, depois de construídos, são geridos sob contrato por agentes económicos privados. Ainda não são evidentes quais as opções da governação relacionadas com a gestão privada e/ou pública dos silos em zonas excedentárias e quais as funções relacionadas com os preços (por exemplo estabilização) e segurança alimentar (constituição de reserva físicas).

Nos anos oitenta a comercialização agrícola passou a ser tutelada pelo Ministério do Comércio⁴³ (estando até então no âmbito do Ministério da Agricultura). Este aspecto institucional não é consensual e não são perceptíveis as vantagens práticas do actual enquadramento.

2.4 Mercados internacionais

Os preços internacionais são uma referência para a competitividade dos produtos agrícolas (como dos bens de qualquer outro sector). Esta referência é válida tanto para os produtos exportáveis como os do mercado interno em contextos de abertura das economias.

Nos últimos anos têm-se registado subidas rápidas dos preços de alguns produtos alimentares devido a vários factores (climáticos, desastres naturais, aumento da procura, etc.), verificados nas economias de maior oferta e nos países maiores consumidores. Pelas razões expostas, a organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) prevê subidas dos preços agrícolas internacionais a médio e longo prazo.

A concretização destas expectativas pode constituir, simultaneamente, oportunidades e riscos para os países com elevado potencial produtivo na agricultura. A subida dos preços internacionais facilita uma eventual estratégia de substituição de importações mais caras e de promoção das exportações. Os produtores internos competirão com as importações e os exportadores terão maiores oportunidades de conquistar cotas de mercado, obtendo maiores lucros devido aos efeitos dos preços e das quantidades.

Os países com potencial competitivo apresentam diferentes estruturas agrárias, integração diversa nas redes de negócios doméstico e internacional, sistemas de produção e tecnologias muito diferenciados, ambientes de negócio díspares, etc. Significa que a oportunidade do comércio internacional de alimentos é para todas estas economias que têm competitividades muito diferentes. As oportunidades do mercado internacional beneficiarão as economias mais competitivas.

Os mercados internacionais são exigentes na qualidade dos produtos requerendo certificados de origem e inspecções ao longo do processo produtivo realizado por agências internacionais especializadas. Os países e os produtores têm que produzir em escala para poderem exportar e influenciar os mercados. A

O preço mínimo era estabelecido para todo o país, embora localmente se procurasse ter em conta os riscos de transporte. O facto de ser nacional, dada a segmentação do mercado, evoca uma certa rigidez, que poderia dificultar aqui ou ali o estímulo que os preços podiam ter na produção agrícola.

Na realidade, o ICM deixou de possuir capacidade de intervenção e presença institucional nos mercados rurais. Actualmente, grande parte das infra-estruturas de armazenagem do então e recente ICM estão abandonados, em ruínas ou utilizados para outros fins”, Mosca (2010: 337).

⁴² “Neste momento a comercialização de gado é feita por diversos operadores, desde empresas privadas, até operadores individuais informais, muitos sem preparação e especialização profissional e técnica para o negócio. Há muitos comerciantes de gado não devidamente licenciados para o exercício da actividade. Muitos destes operadores não obedecem às regras e normas de abate, certificação, controlo sanitário, etc.”, Mosca (2010: 131)

⁴³ A função do comércio teve ao longo do tempo vários enquadramentos institucionais no aparelho de Estado.

oportunidade para os países com potencialidades produtivas exige também outros factores para atrair investimento externo e interno para o sector agrário⁴⁴.

Países como Moçambique têm assegurado alguma competitividade ou cotas de mercados de alguns produtos com base nos baixos custos dos factores internos (salários, terra, água, etc.). Dito de outra forma, a competitividade da agricultura assenta na exploração da mão-de-obra e na auto-exploração da família mantendo a maioria da população em estado de pobreza absoluta. Estes factos estão associados às tecnologias intensivas em mão-de-obra e de produtividade baixa.

Pode resumir-se os seguintes aspectos relacionados com os preços e mercados: (1) a relevância dos preços reais ao produtor agrícola se situarem a níveis que assegurem a competitividade do sector no mercado dos factores para atrair investimento e mão-de-obra; (2) a importância de aumentar a produtividade por hectare e por unidade de trabalho de forma a manter a competitividade da agricultura a longo prazo e que se traduza em melhorias do nível de vida das famílias camponesas; e, (3) a importância da intervenção e regulação pública para: (i) reduzir as distorções dos mercados (estradas, comunicações e informação dos preços); (ii) estabilizar a oferta e os preços com sistemas de gestão empresarial dos *stocks* e de fundos; (iii) apoiar e incentivar a inovação tecnológica com comparticipação em investimentos privados de pequena escala; (iv) realizar investimentos para redução dos riscos; e, (iv) criar diversos incentivos coordenados entre si e com objectivos por cultura/regiões, tais como subsídios mediante a produção realizada.

3. METODOLOGIA

A escolha dos produtos alimentares foi justificada na introdução.

O estudo concentrou-se em 2010 e 2011 pelas seguintes razões:

- Existem estudos sobre este tema relativamente a anos anteriores, em séries de maior duração mas não existem estudos recentes.
- A concentração num período de tempo mais curto permite análises mais detalhadas segundo os objectivos pretendidos.
- Existem algumas lacunas de informação que não satisfazem a análise pretendida.

Os mercados eleitos são os que, em princípio, têm maior peso na produção e no consumo, e sobre os quais estão disponíveis informações estatísticas.

A análise de apenas dois anos tem riscos elevados pois podem acontecer comportamentos e resultados produtivos em função de vários factores não verificados em outros anos ou verificados em graus de influência diversos sobre as variáveis do estudo. Os autores procuraram certificar a existência de situações diferenciadas comparativamente com as constatadas em outros estudos sobre o mesmo tema.

A análise efectuada concentrou-se nos seguintes aspectos:

- Evolução dos preços nominais e reais dos produtos seleccionados, ao produtor e ao consumidor (sempre que possível).
- Estudo da variabilidade sazonal e inter-anual dos preços assim como as diferenças entre os mercados seleccionados e as diferenças entre os preços ao produtor e ao consumidor (no retalhista).
- Comparação dos preços do mercado interno e os preços no mercado internacional.

⁴⁴ Sobre os factores de competitividade da economia moçambicana, veja por exemplo Mosca *et al* (2012).

- Análise da oferta dos produtos seleccionados comparando a produção doméstica, as exportações e as importações.
- O estudo baseou-se em informação do SIMA (Sistema de Informação de Mercados Agrícolas) que possui informação semanal de um elevado número de mercados.

Os preços são analisados mensalmente tendo sido calculados através da média aritmética dos dados semanais.

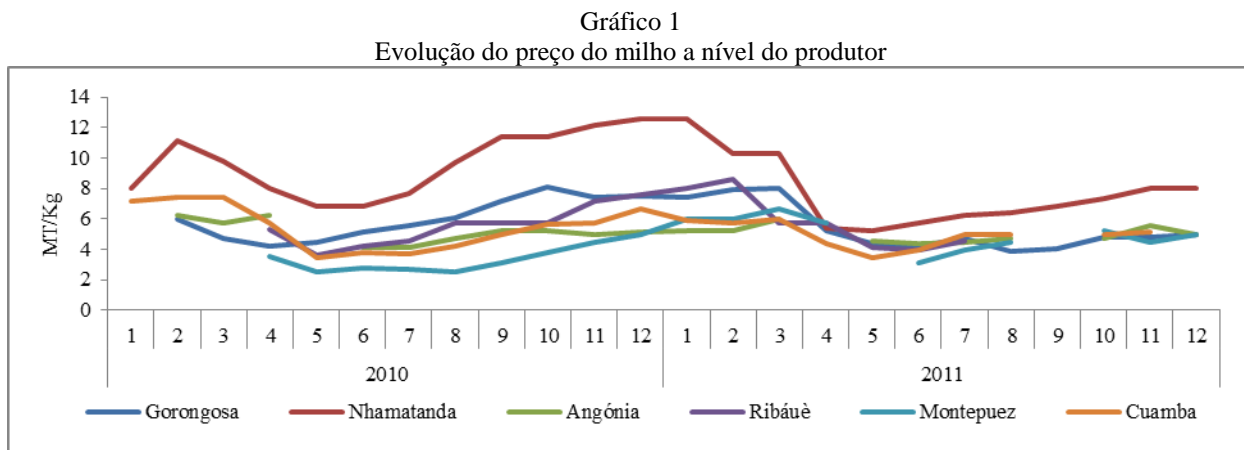
4. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO MERCADO NACIONAL DOS PRODUTOS ALIMENTARES

Neste trabalho pretende-se analisar a evolução dos preços de alguns produtos alimentares. Para esta análise consideraram-se os seguintes produtos: (1) milho; (2) arroz; (3) feijão nhemba; (4) amendoim; e, (5) farinha de trigo. Para tal, calcularam-se as médias mensais referentes a 2010 e 2011.

Para o caso do milho e do feijão nhemba, far-se-á a distinção entre o preço a nível do produtor e a nível do mercado retalhista⁴⁵.

4.1. Milho

Para analisar a evolução dos preços do milho consideraram-se, inicialmente, os preços a nível do produtor, representados no gráfico seguinte:



Fonte: SIMA.

Em 2010 observaram-se algumas diferenças nos preços do milho praticados a nível do produtor. No entanto, pode notar-se que, a partir de meados de 2011, os respectivos preços eram bastante próximos, com excepção dos preços praticados no distrito de Nhamatanda. Este último apresenta os preços mais elevados verificados em toda a série analisada.

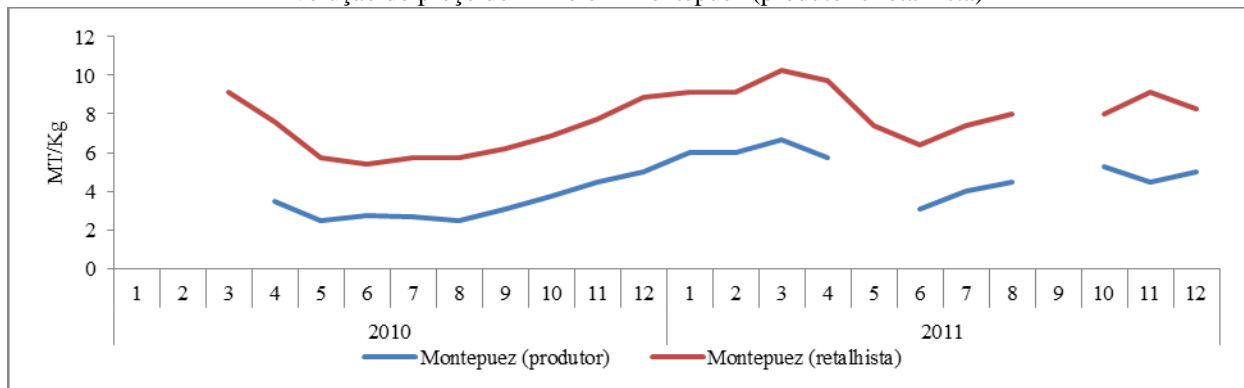
Os preços mais baixos observados foram registados na cidade de Montepuez.

De uma forma geral, pode afirmar-se que, ao longo dos dois anos analisados, o preço do milho praticado a nível do produtor tende a convergir, ou seja, os preços praticados pelos diferentes produtores é muito próximo.

⁴⁵ O boletim semanal “quente-quente” não disponibiliza informação referente ao preço a nível do produtor para os restantes produtos.

A análise que se segue tem como objectivo verificar a diferença existente entre os preços do produtor e do retalhista. Assim, analisaram-se somente os preços praticados na cidade de Montepuez e na vila de Gorongosa, por apresentarem diferenças significativas.

Gráfico 2
Evolução do preço do milho em Montepuez (produtor e retalhista)



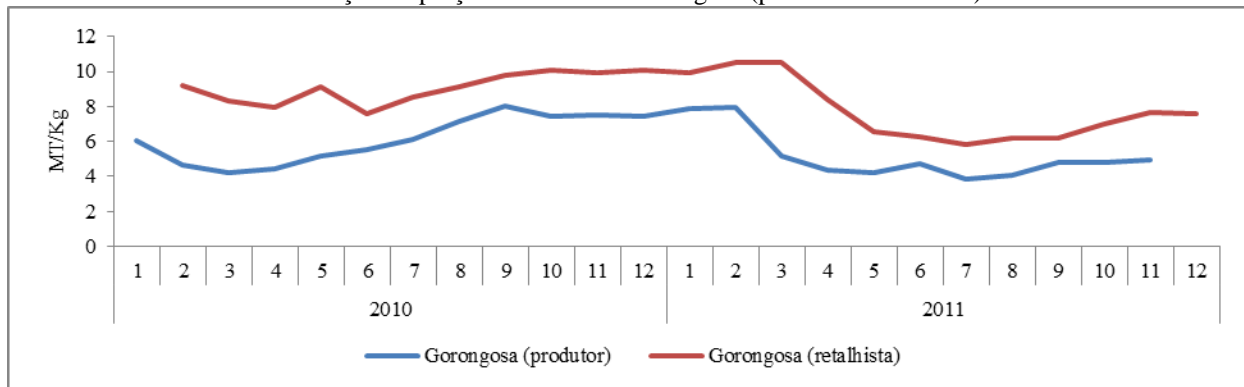
Fonte: SIMA.

Observando o gráfico, pode notar-se que existe uma diferença considerável entre o preço a nível do produtor e a nível do mercado retalhista.

Entre Maio e Agosto de 2010, verificaram-se os preços mais baixos registados em toda série analisada. Nos últimos três meses de 2011, verificou-se uma tendência divergente entre os preços praticados pelo produtor e pelo retalhista. A subida registada, a nível do mercado retalhista, em Novembro de 2011 deveu-se, principalmente, à subida do preço do milho na segunda semana do mesmo mês.

Relativamente à evolução dos preços praticados na vila de Gorongosa, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3
Evolução do preço do milho em Gorongosa (produtor e retalhista)



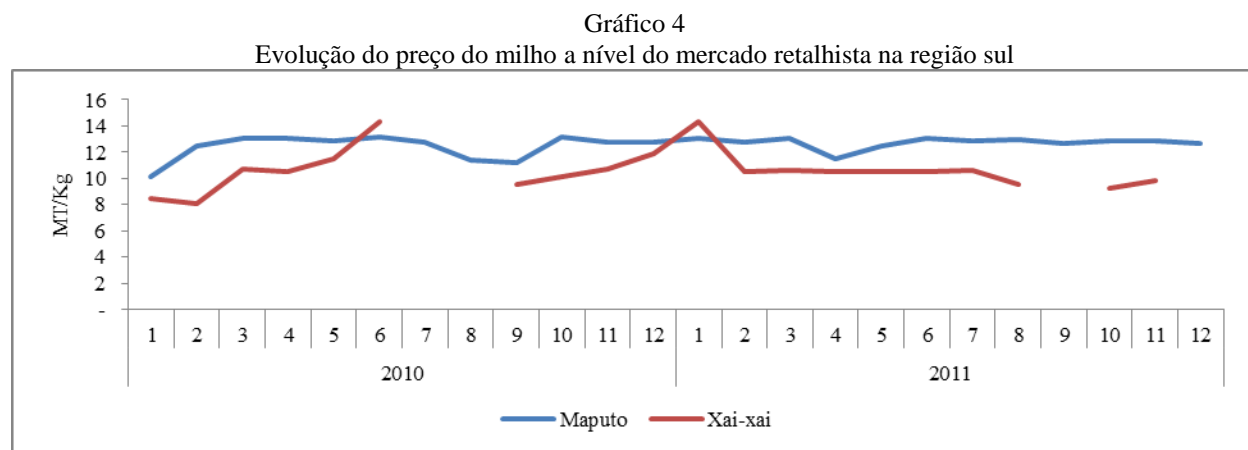
Fonte: SIMA.

Existe uma diferença significativa entre os preços praticados nesta localidade a nível do produtor e do mercado retalhista (mas menor que em Montepuez – veja gráfico anterior).

É de notar que no princípio do ano a diferença de preços é maior, e essa diferença tende a reduzir a partir de Junho, após a colheita da primeira época (quando geralmente se pratica a cultura do milho) está terminada em todo o país.

Em 2010, o preço do milho teve uma tendência a aumentar, enquanto no ano seguinte este registou uma tendência contrária.

Para análise do preço do milho a nível das regiões, considerou-se somente o preço praticado a nível do mercado retalhista. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos preços praticados na região sul, tendo-se considerado somente as cidades de Maputo e Xai-Xai.



Fonte: SIMA.

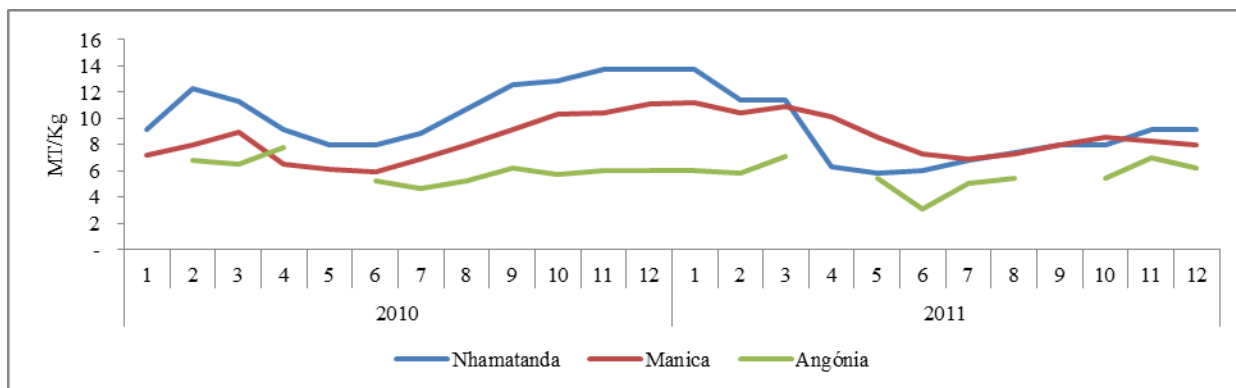
Pode verificar-se que os preços do milho a nível do mercado retalhista praticados nas cidades de Maputo e Xai-Xai apresentam diferenças consideráveis.

A cidade de Xai-Xai registou os preços mais baixos, quando comparado à cidade de Maputo, em quase todos os meses, com excepção de Junho de 2010 e Janeiro de 2011, tendo registado nos dois meses referidos o preço de 14.29MT/kg de milho. Nos restantes meses, o preço deste cereal na cidade de Xai-Xai não sofreu grandes alterações.

A cidade de Maputo, por sua vez, também não registou grandes variações no preço do milho praticado a nível do mercado retalhista. No entanto, registou os preços mais altos da região.

Para análise da evolução do preço do milho no centro do país, consideraram-se os distritos de Nhamatanda e Angónia e a cidade de Manica.

Gráfico 5
Evolução do preço do milho a nível do mercado retalhista na região centro



Fonte: SIMA.

O distrito de Angónia registou os preços mais baixos da região, quando comparado com as outras localidades analisadas. Não se verificaram grandes variações do preço do milho neste distrito. Em Junho de 2011, observou-se o preço mais baixo registado em toda a série analisada (3.12MT/kg).

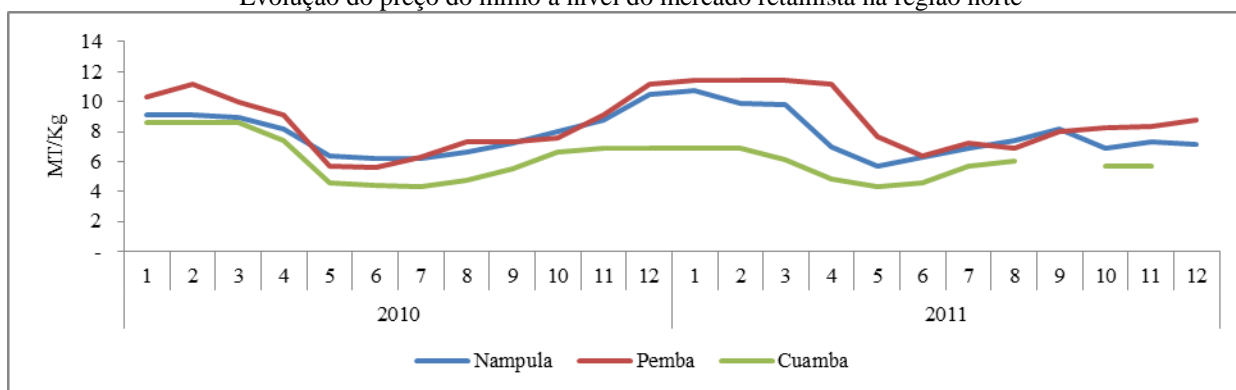
Por sua vez, o distrito de Nhamatanda registou os preços mais altos da região. Pode verificar-se uma grande variabilidade mensal dos preços. Entre Março e Junho de 2010 o preço do milho começou a decrescer, tendo, a partir de Julho do mesmo ano, registado aumentos significativos, atingindo o preço de 13.71MT/kg, o que significa um aumento de cerca de 71% em relação ao preço praticado em Junho de 2010. Em 2011 o preço deste cereal reduziu consideravelmente.

Relativamente à cidade de Manica, pode verificar-se que o preço do milho registou uma tendência similar à do distrito de Nhamatanda. A partir de Julho de 2011 os preços praticados nestes dois locais mostraram-se bastante próximos.

O gráfico abaixo reflecte a evolução dos preços do milho a nível do mercado retalhista na região norte. Nesta análise consideraram-se as cidades de Nampula, Cuamba e Pemba.

Gráfico 6

Evolução do preço do milho a nível do mercado retalhista na região norte



Fonte: SIMA.

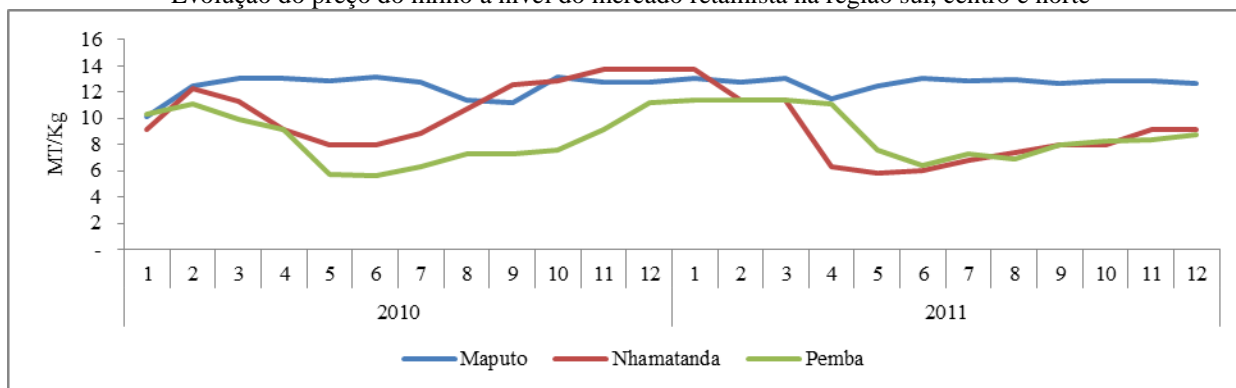
Quanto à evolução do preço do milho, pode observar-se que este registou quedas entre Março e Maio de 2010, tendo a partir daí registado subidas ligeiramente significativas até princípios de 2011. Neste último ano, os preços registaram a mesma tendência do ano anterior.

Não se verificam grandes diferenças entre os preços praticados nas três cidades, excepto em finais de 2010 até meados de 2011.

A cidade de Cuamba registou os preços mais baixos da região, em comparação com outras duas cidades avaliadas. E os preços mais altos foram observados em Pemba.

Como forma de avaliar a disparidade entre os preços do milho praticados nas três regiões consideraram-se as cidades de Maputo, Pemba e o distrito de Nhamatanda, visto que apresentam os preços mais altos quando comparados com os outros locais seleccionados em cada região.

Gráfico 7
Evolução do preço do milho a nível do mercado retalhista na região sul, centro e norte



Fonte: SIMA.

Pode assumir-se que os preços mais altos são praticados no sul, visto que a cidade de Maputo (que por sua vez representa a região sul) apresenta os preços mais altos. Pode notar-se também que nesta cidade não existem variações significativas do preço do milho ao longo da série analisada.

Os preços mais baixos foram observados na cidade de Pemba (com exceção de Abril a Julho de 2011) e, consequentemente, no norte do país. No entanto, é de notar que os preços praticados nesta cidade e no distrito de Nhamatanda têm uma tendência semelhante ao longo dos dois anos.

Em resumo, pode concluir-se:

- Observa-se uma tendência à redução dos preços ao produtor (linhas de tendência não colocadas no gráfico) ao longo dos dois anos, o que representa a perda do poder aquisitivo do milho e dos rendimentos dos produtores.
- Os preços ao produtor tendem a aproximar-se o que pode ser resultante da estabilização da oferta nacional e da transferência de bens entre mercados.
- Os preços no retalhista têm similar comportamento (estabilização, tendência decrescente e variações sazonais) com alguns casos atípicos em relação à generalidade dos mercados.
- Existem diferenças significativas entre os preços aos produtores e ao retalhista (em alguns casos mais do dobro), o que confirma as desvantagens das actuais estruturas dos mercados e a consequente capacidade negocial dos produtores.

Embora não esteja reflectido neste estudo por não ser esse o seu objecto, a evolução dos preços está relacionada com o incremento da produção nacional ao longo da década, sobretudo devido ao aumento das áreas trabalhadas, em menor proporção sobretudo pelo efeito do incremento populacional e devido a um menor peso por um ligeiro incremento da produtividade⁴⁶.

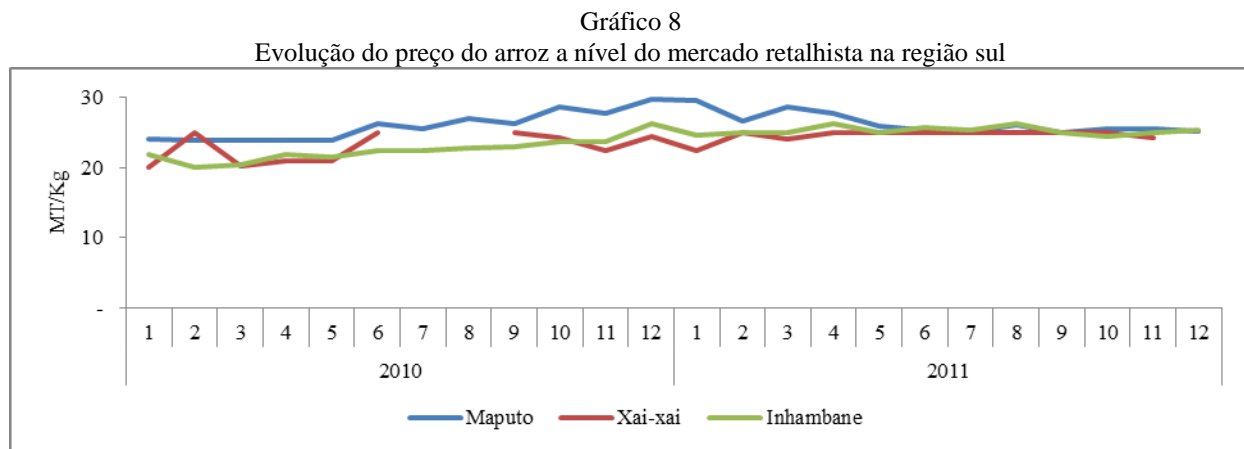
⁴⁶ Os dados dos Censo de 2000 e 2010 revelam o referido. Uma pesquisa do OMR está realizando um trabalho do qual se pode adiantar esta informação.

Existiram alguns incentivos dispersos como seja a distribuição gratuita de semente e uma maior disponibilidade de fertilizantes.

4.2. Arroz corrente

Para analisar a evolução dos preços do arroz, consideraram-se somente os preços a nível do mercado retalhista (por dificuldade de obtenção do preço ao produtor). Nesta análise, pretende-se comparar o preço deste cereal entre as cidades/distritos das três regiões (sul, centro e norte) do país.

O gráfico seguinte mostra a evolução do preço do arroz, na região sul, tendo-se considerado a cidade de Maputo, Xai-Xai e Inhambane.



Fonte: SIMA.

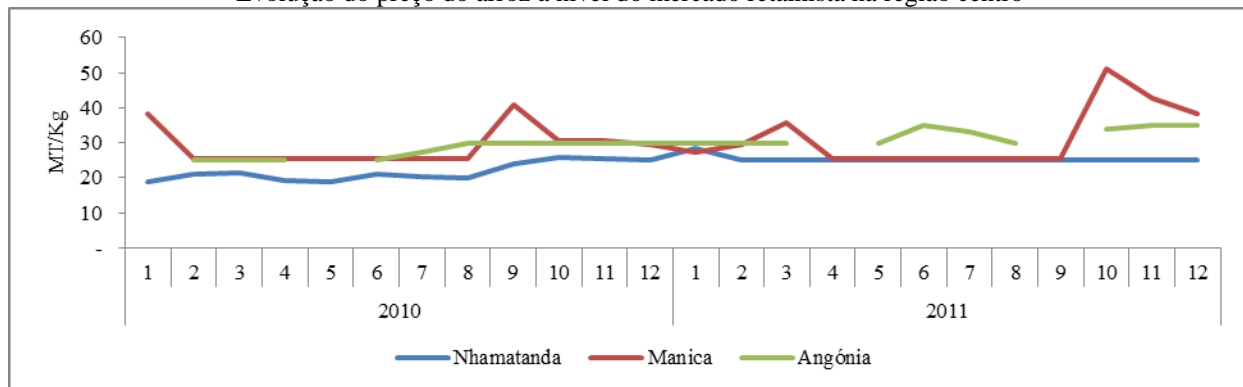
Através do gráfico pode notar-se que os preços mais altos da região sul são praticados na cidade de Maputo. O preço do arroz, a nível do mercado retalhista, praticado na cidade de Xai-Xai e Inhambane não apresenta diferenças significativas.

É de notar que nos últimos sete meses o preço deste cereal nas três cidades foi praticamente idêntico, sem grandes alterações mensais.

No que se refere à região centro, considerou-se o distrito de Nhamatanda para representar a província de Sofala, a cidade de Manica e o distrito de Angónia para representar a província de Tete.

Gráfico 9

Evolução do preço do arroz a nível do mercado retalhista na região centro



Fonte: SIMA.

O distrito de Nhamatanda apresentou os preços mais baixos em comparação com os outros distritos. É de notar que o preço do arroz no distrito acima referido não tem apresentado grandes variações ao longo dos meses, registando uma tendência crescente em 2010 e, a partir daí, manteve-se estável.

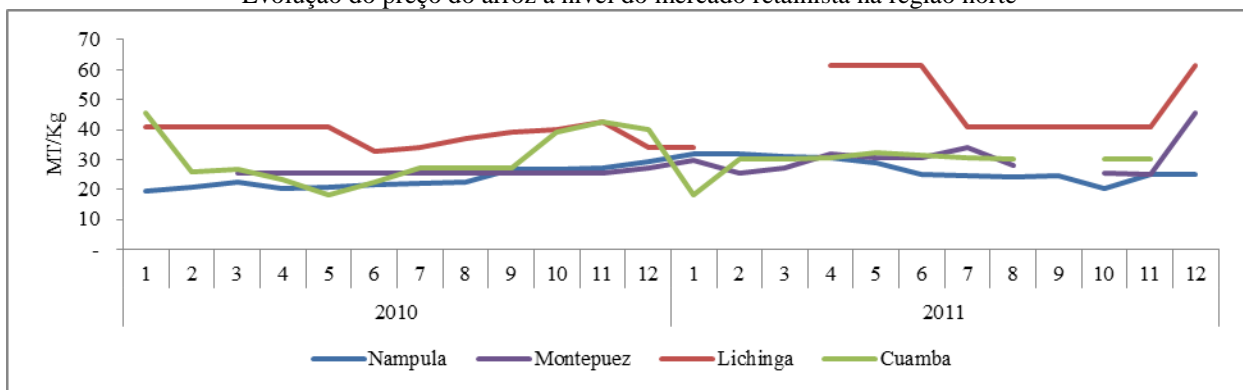
A cidade de Manica apresentou significativas alterações mensais, tendo em Outubro de 2011 registado o preço mais elevado.

O distrito de Angónia não apresentou variações consideráveis no preço do arroz, que se mostrou elevado entre Maio e Outubro de 2011.

Sendo assim, pode afirmar-se que não existem diferenças significativas entre os preços do arroz praticados na região centro do país.

Para análise da região norte, considerou-se a evolução do preço do arroz nas cidades de Nampula, Montepuez, Lichinga e Cuamba⁴⁷.

Gráfico 10
Evolução do preço do arroz a nível do mercado retalhista na região norte



Fonte: SIMA.

As cidades de Nampula e Montepuez apresentam preços bastante próximos e não registam grandes alterações ao longo da série. Pode notar-se, em Dezembro de 2011, um aumento do preço praticado na

⁴⁷ Na província de Niassa consideraram-se duas cidades por estas apresentarem diferenças consideráveis nos preços do arroz.

cidade de Montepuez, passando de 24.90MT/kg para 45.54Mt/kg, o que corresponde a um aumento de cerca de 83% em relação ao ano anterior.

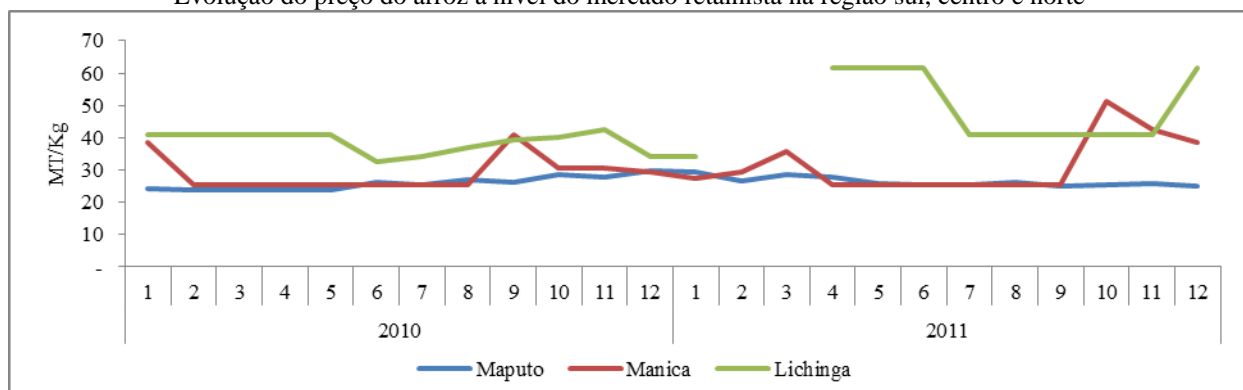
Relativamente à província de Niassa, pode verificar-se uma diferença considerável dos preços praticados nas cidades de Lichinga e Cuamba. O preço do arroz praticado na cidade de Cuamba apresentou grande variabilidade mensal em 2010.

Em Maio de 2011 os preços praticados na cidade de Lichinga subiram drasticamente, atingindo 61.48MT/kg (um aumento de 80% em relação a Janeiro do mesmo ano), o preço mais elevado verificado em toda a série analisada.

De uma forma geral, pode verificar-se que os preços mais altos são praticados na província de Niassa. E não se verificam grandes diferenças entre os preços praticados em Nampula e Cabo delgado.

Nesta análise consideraram-se três cidades (Maputo, Manica e Lichinga), com objectivo de saber a disparidade entre o preço do arroz no sul, centro e norte do país.

Gráfico 11
Evolução do preço do arroz a nível do mercado retalhista na região sul, centro e norte



Fonte: SIMA.

Relativamente ao preço do arroz no mercado retalhista, pode verificar-se que não existem diferenças significativas entre os preços praticados em Maputo e Manica, com excepção de alguns meses

Por sua vez, a cidade de Lichinga apresentou os preços mais altos da série. Entre Abril e Junho de 2010 os preços do arroz nesta cidade cresceram além do que se vinha registando nos meses anteriores. O mesmo cenário foi verificado em Dezembro do mesmo ano.

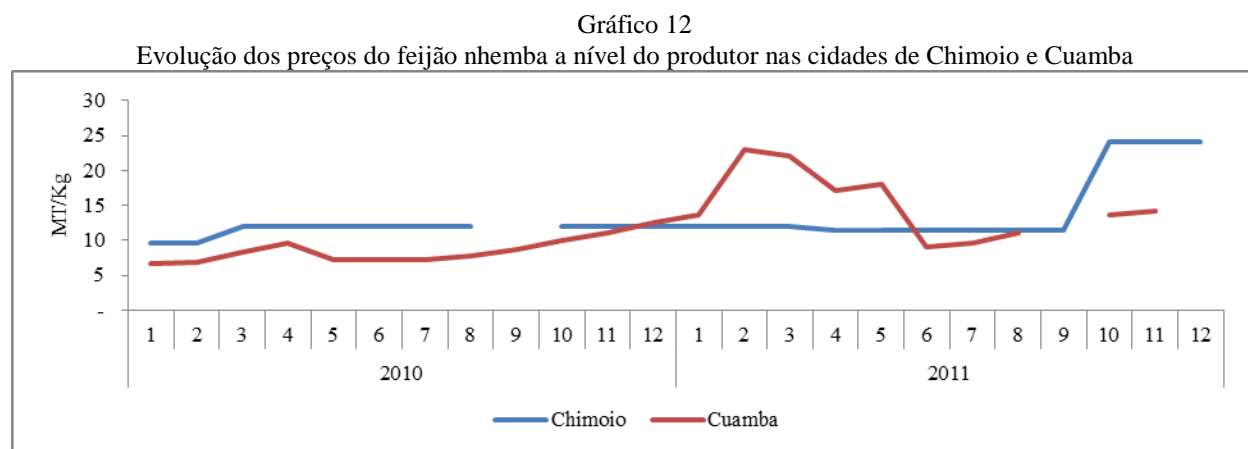
Pode afirmar-se em resumo:

- Em algumas zonas existe estabilidade dos preços ao consumidor, realçando-se a tendência para a convergência entre alguns mercados.
- Constatam-se algumas variações de preços, provavelmente resultantes da produção local (de arroz ou de bens sucedâneos, como por exemplo o milho) ou de variações no abastecimento e nos preços do arroz importado.
- Os preços nas zonas produtoras e nas cidades costeiras são os mais baixos. Regra geral aumentam com a distância dos centros urbanos e dos portos.
- Em média, os preços no retalhista no sul do país são mais baixos.

4.3. Feijão nhemba

Para analisar a evolução dos preços do feijão nhemba, consideraram-se os preços a nível do produtor e a nível do mercado retalhista.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos preços praticados a nível do produtor nas cidades de Chimoio e Cuamba.

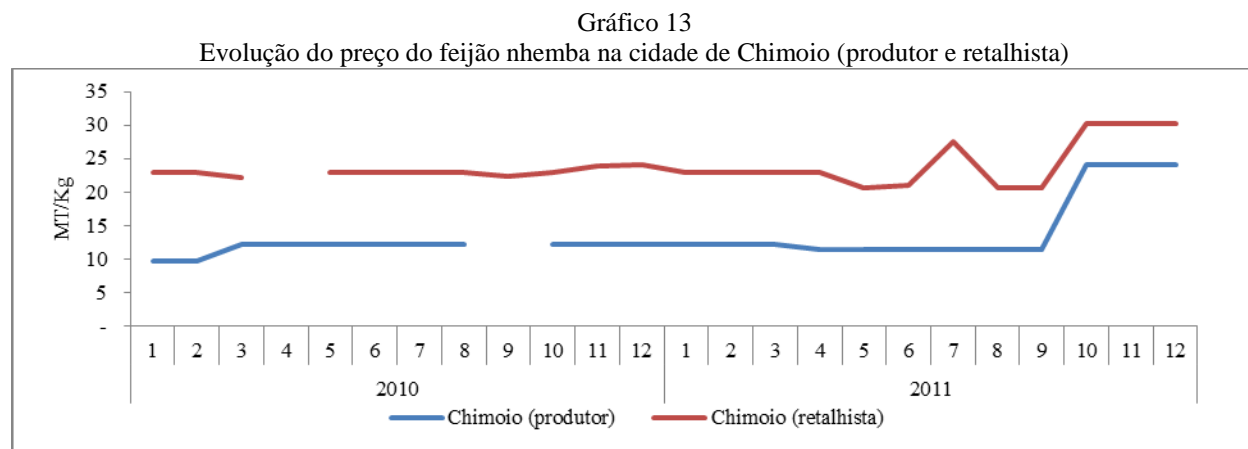


Fonte: SIMA.

Os preços praticados em Chimoio apresentaram-se estáveis ao longo dos meses, com excepção de Outubro de 2011, onde o preço do feijão nhemba aumentou em mais de 100%, tendo-se mantido constante nos dois meses subsequentes.

No entanto, na cidade de Cuamba verificou-se uma variabilidade mensal significativa. É de notar que até finais de 2010, o preço praticado em Cuamba era inferior ao praticado em Chimoio. Em princípios de 2011, verificou-se uma subida drástica do preço desta leguminosa, voltando a atingir níveis inferiores ao preço em Chimoio em Junho do mesmo ano.

Para comparar os preços do feijão nhemba a nível do produtor e a nível do mercado retalhista, considerou-se, inicialmente, a cidade de Chimoio.



Fonte: SIMA.

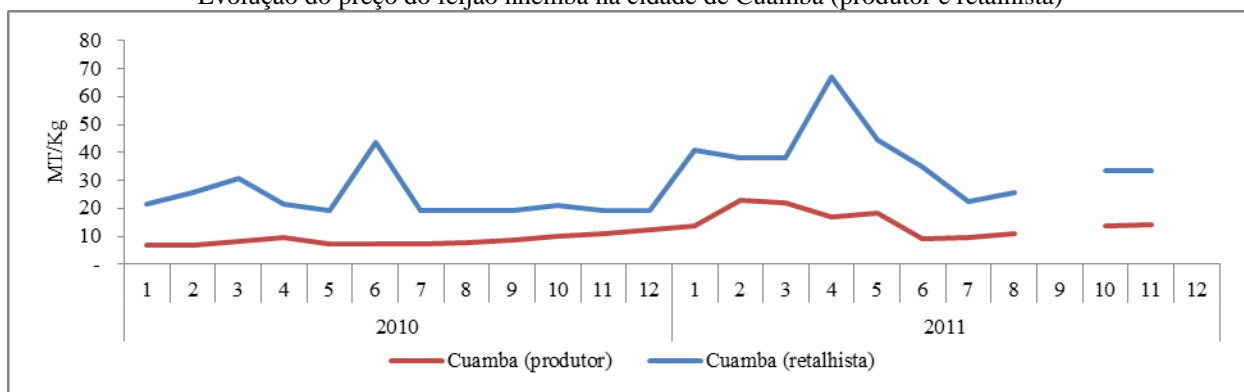
Na cidade de Chimoio, pode verificar-se uma diferença significativa entre os preços praticados pelo produtor e pelo retalhista.

É de notar que os preços a nível do produtor não sofreram grandes alterações ao longo do tempo. Enquanto a nível do mercado retalhista, pode observar-se variações no preço praticado a partir de Julho de 2011, onde este registou uma subida considerável, mesmo sem ter havido variação do preço praticado pelo produtor.

Em Outubro de 2011, o preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista sofreu um aumento como consequência do aumento do preço a nível do produtor.

Procedeu-se à mesma análise para a cidade de Cuamba, comparando os preços praticados a nível do produtor e do retalhista.

Gráfico 14
Evolução do preço do feijão nhemba na cidade de Cuamba (produtor e retalhista)



Fonte: SIMA.

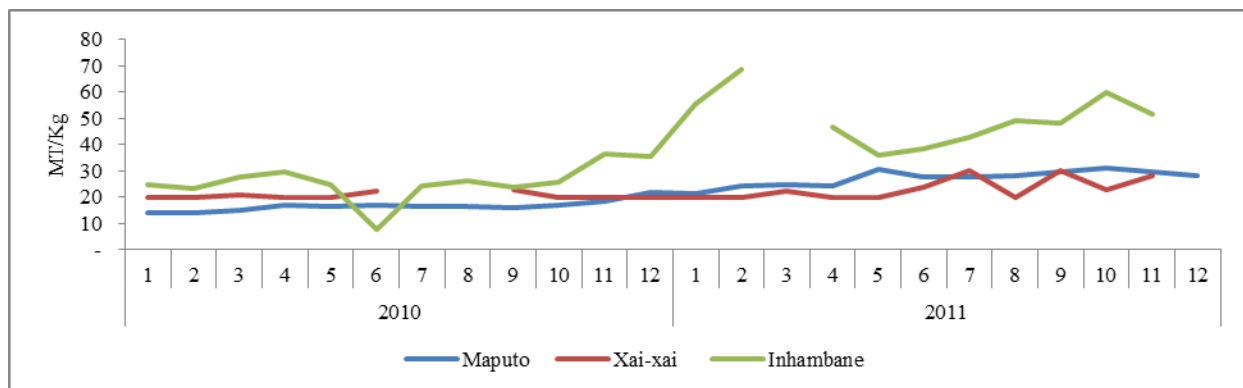
Na cidade de Cuamba, também pode observar-se uma certa disparidade entre os preços praticados a nível do mercado retalhista e do produtor.

No entanto, os preços praticados pelo retalhista registaram muitas variações ao longo dos meses. Em Junho de 2010 o preço do mercado retalhista aumentou em mais de 100%, voltando no mês seguinte para o nível registado anteriormente.

A partir de Janeiro de 2011, os preços começaram a subir. Mas, os preços praticados a nível do mercado retalhista cresceram a um ritmo superior aos praticados pelo produtor. Em Abril do mesmo ano, o preço do produtor começou a baixar, enquanto isso, o preço do retalhista atingiu o preço mais alto registado em toda a série analisada. A partir de Maio, o preço do retalhista registou decréscimos.

Como forma de mostrar a evolução do preço do feijão nhemba, na região sul, consideraram-se as cidades de Maputo, Xai-Xai e Inhambane.

Gráfico 15
Evolução do preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista na região sul



Fonte: SIMA.

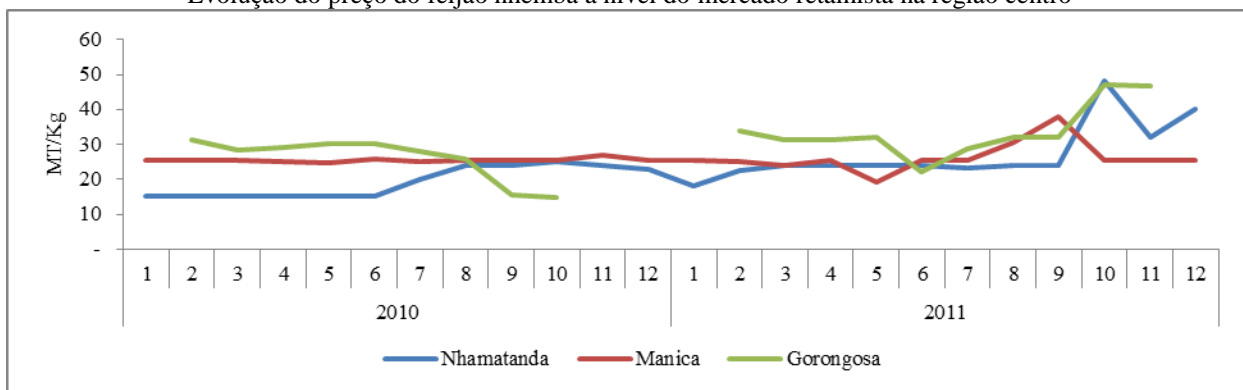
A cidade de Inhambane destacou-se por registar os preços mais elevados observados na região sul do país, com excepção do mês de Junho de 2010, onde esta cidade registou o preço mais baixo, tendo sofrido um decréscimo na ordem dos 70% (passando de 24.46MT/kg em Maio para 7.35MT/kg no mês seguinte).

É de notar também, que após esse decréscimo, o preço desta leguminosa na cidade de Inhambane registou subidas drásticas, chegando a atingir em Fevereiro de 2011 o preço de 68.94MT/kg.

Relativamente às cidades de Maputo e Xai-Xai, não se verifica grandes diferenças nos preços praticados nas duas cidades.

Para análise da região centro consideraram-se os preços praticados no distrito de Nhamatanda, na cidade de Manica e na vila de Gorongosa.

Gráfico 16
Evolução do preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista na região centro



Fonte: SIMA.

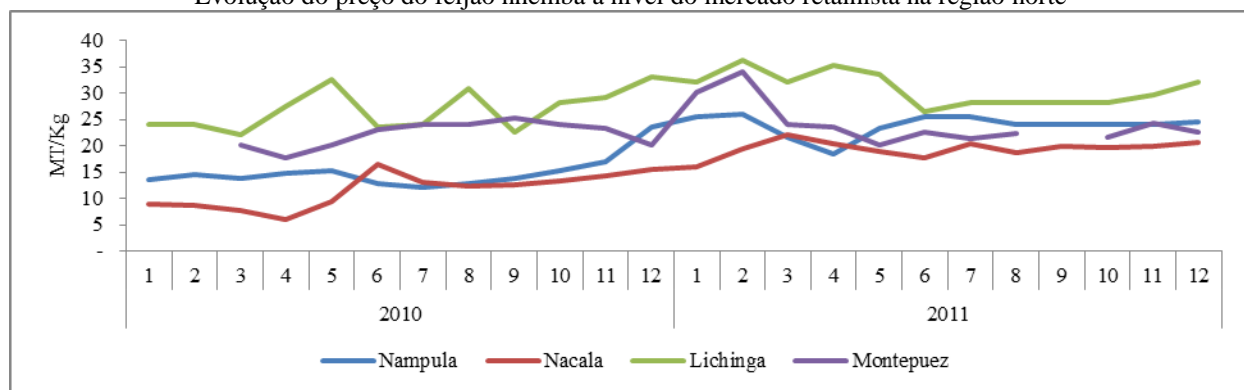
Na região centro, a vila de Gorongosa apresentou, frequentemente, os preços mais altos. Pode notar-se que a partir de Junho de 2011, os preços do feijão nhemba praticados pelo mercado retalhista nesta vila apresentaram uma tendência crescente. No mesmo período do ano anterior, estes registaram uma tendência decrescente.

Os preços praticados a nível do mercado retalhista na cidade de Manica não registaram alterações ao longo de 2010. No entanto, a partir de Junho do ano seguinte, estes aumentaram, atingindo o seu pico em Setembro do mesmo ano. Em Outubro, os preços desta leguminosa estabilizaram, voltando aos níveis registados inicialmente.

O distrito de Nhamatanda registou os preços mais baixos até meados de 2010 tendo, a partir daí, registado acréscimos que elevaram os preços aos níveis registados na cidade de Manica. Em Outubro de 2011, os preços no distrito de Nhamatanda aumentaram em cerca de 100%.

No gráfico seguinte, considerou-se a evolução dos preços do feijão nhemba a nível do mercado retalhista, na região norte. Para o caso da província de Nampula consideraram-se duas cidades por estas apresentarem preços relativamente diferentes.

Gráfico 17
Evolução do preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista na região norte



Fonte: SIMA.

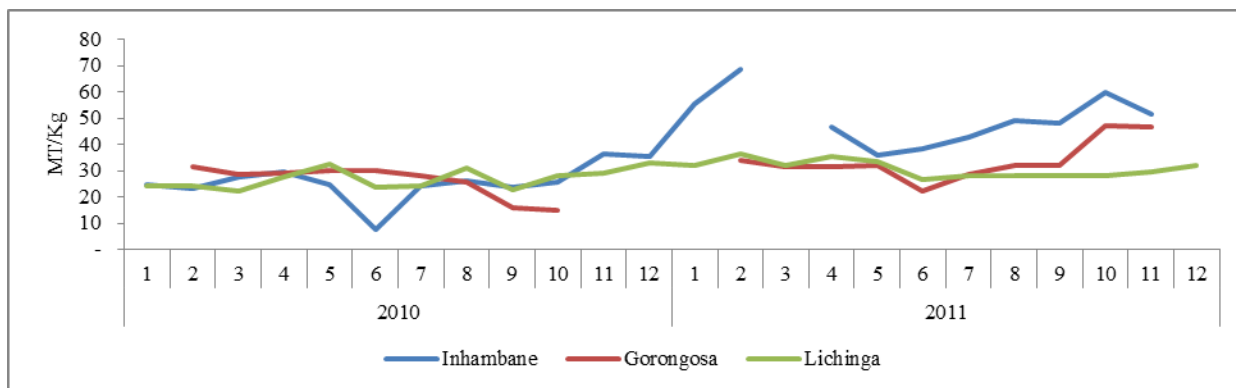
Na região norte, a cidade de Lichinga destacou-se por apresentar os preços mais altos praticados a nível do mercado retalhista. Pode verificar-se também a grande variabilidade dos preços nesta cidade ao longo dos meses.

A cidade de Montepuez registou também uma grande variabilidade dos preços tendo, em Fevereiro de 2011, registado o preço mais alto (34.22 MT/kg) em relação aos outros meses.

Na província de Nampula, as cidades de Nacala e de Montepuez registaram preços relativamente diferentes. É de notar que os preços praticados em Nampula são mais altos. Em Nacala, os preços registaram uma subida em Junho de 2010; no mês seguinte o preço reduziu, não tendo registado grandes alterações nos meses subsequentes.

O gráfico seguinte mostra a evolução do preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista nas três regiões do país, sendo estas representadas por Inhambane, Gorongosa e Lichinga.

Gráfico 18
Evolução do preço do feijão nhemba a nível do mercado retalhista na região sul, centro e norte



Fonte: SIMA.

Em 2010 os preços praticados nas três cidades eram similares, com exceção do preço praticado na cidade de Inhambane em Junho do referido ano.

A partir de Novembro de 2010 o preço praticado na cidade de Inhambane começou a registar aumentos sucessivos. Desde então, esta cidade e, conseqüentemente, a região sul passaram a registar os preços mais altos.

Relativamente à cidade de Lichinga não se verificaram grandes alterações no preço do feijão nhemba nos dois anos analisados. Por sua vez, a vila de Gorongosa registou um aumento no preço desta leguminosa nos últimos meses de 2011.

Pode sintetizar-se do seguinte modo:

- A sazonalidade dos preços está presente também no feijão nhemba.
- Com exceção da zona norte e da cidade de Inhambane, observa-se alguma tendência para a aproximação dos preços ao consumidor.
- As diferenças entre os preços ao produtor e ao retalhista são muito significativas representando em alguns casos e momentos uma relação superior à de um para dois (dobro).

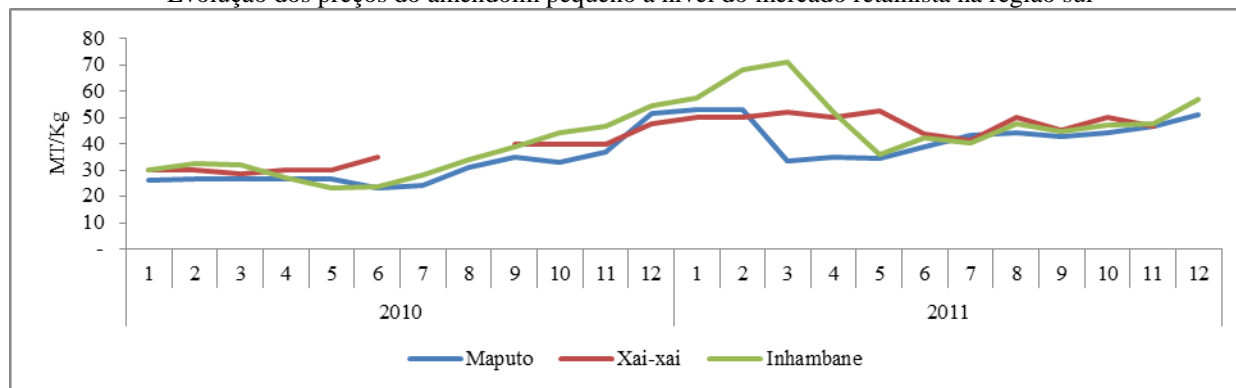
4.4. Amendoim pequeno

Na análise da evolução dos preços do amendoim pequeno (nacional) consideraram-se somente os preços a nível do mercado retalhista. Não foi possível obter preços ao produtor ao longo da série estudada.

Na região sul estes preços evoluíram da seguinte maneira:

Gráfico 19

Evolução dos preços do amendoim pequeno a nível do mercado retalhista na região sul



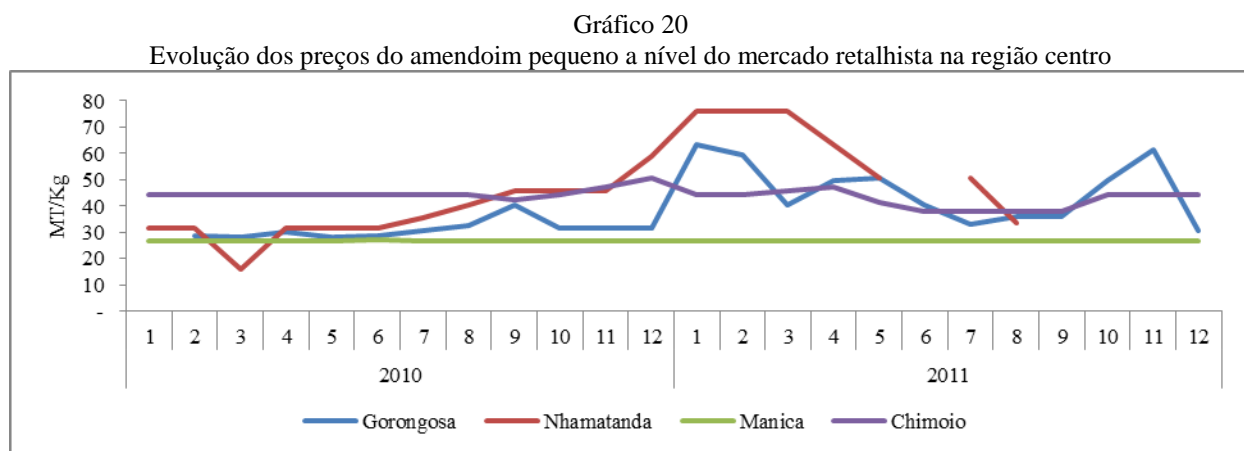
Fonte: SIMA.

Analisando o gráfico pode verificar-se que, no início de 2010, as três cidades praticavam preços similares. No entanto, a partir de Julho do mesmo ano, a cidade de Inhambane começou a registar preços cada vez mais altos. Em Março, observou-se o preço mais alto verificado em toda série, passando a custar 71.11MT/kg de amendoim.

A partir de Julho de 2010, os preços praticados na cidade de Maputo também registaram aumentos, atingindo o preço mais alto em Janeiro de 2010 (53.05 MT/kg). Entretanto, é de notar que esta cidade registou, na maioria dos casos, os preços mais baixos observados na região sul.

A cidade de Xai-Xai, por sua vez, registou uma tendência crescente nos preços praticados. Na maioria dos meses, o preço praticado nesta cidade era bastante próximo ao praticado na cidade de Maputo.

Relativamente aos preços praticados a nível do mercado retalhista na região centro, verificou-se o seguinte:



Fonte: SIMA.

Através do gráfico pode verificar-se que o preço praticado na cidade de Manica não sofreu alterações ao longo de toda série analisada. Esta cidade registou os preços mais baixos da região, com excepção de Março de 2010.

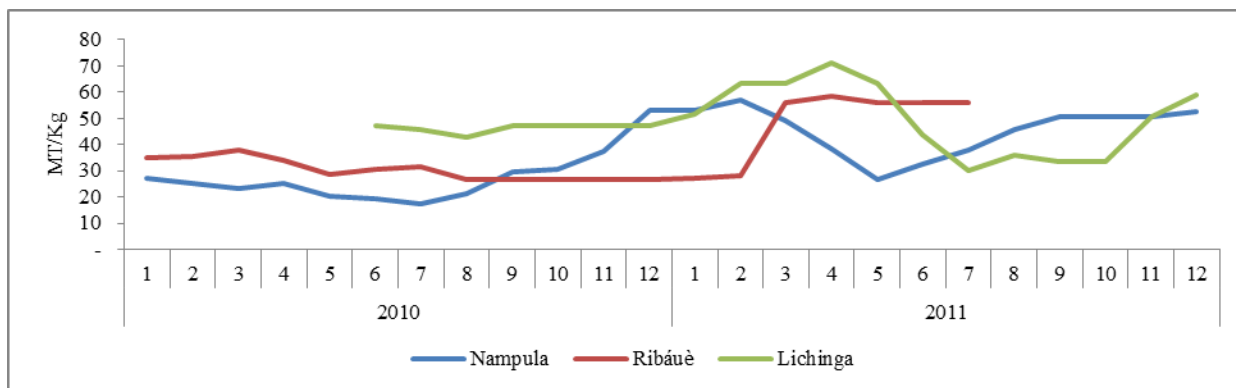
No entanto, os preços praticados nos outros locais registaram variações ao longo dos meses.

O distrito de Nhamatanda começou, a partir de Abril de 2010, a registar subidas consecutivas no preço do amendoim, atingindo o nível mais alto em Janeiro do ano seguinte, onde um quilo de amendoim custava 75.85MT. Esse preço manteve-se até Março do mesmo ano, tendo registado um decréscimo nos meses subsequentes.

Relativamente à vila de Gorongosa, os preços não registaram variações consideráveis em 2010. No entanto, no ano seguinte, verificou-se um aumento do preço em alguns meses. Apesar do preço ter registado decréscimos, este não conseguiu atingir os níveis alcançados em 2010.

A cidade de Chimoio também não registou grandes alterações no preço do amendoim.

Gráfico 21
Evolução dos preços do amendoim pequeno a nível do mercado retalhista na região norte



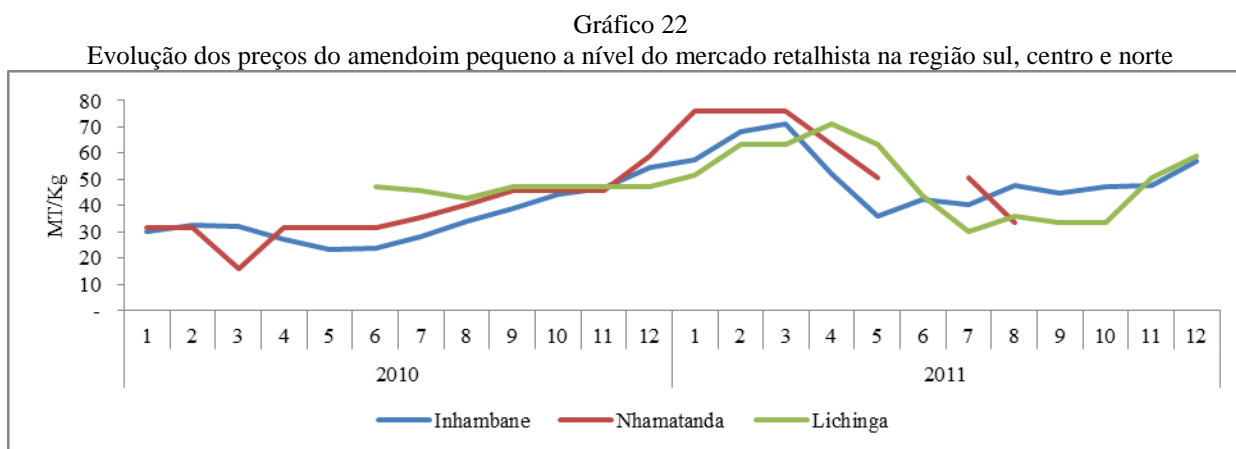
Fonte: SIMA.

Nota-se grande variabilidade mensal nos preços praticados nas diferentes localidades do norte. Excepto no mercado de Ribáuè, onde somente verifica-se um aumento do preço em Março de 2011.

A cidade de Nampula inverte a tendência de diminuição do preço do amendoim a partir de Setembro de 2010 quando começa a registar subidas no preço. Em Março do ano seguinte, este preço também decresce, atingindo em Maio o preço mais baixo praticado em 2011 voltando, depois disso, a subir.

Relativamente à cidade de Lichinga, é de notar que o preço mais alto registado nesta cidade foi praticado em Abril de 2011, e o mais baixo, em Julho do mesmo ano.

Para comparar os preços praticados nas três regiões do país, consideraram-se as cidades de Inhambane, Nhamatanda e Lichinga.



Fonte: SIMA.

É de notar que os três mercados registaram a mesma tendência ao longo dos dois anos analisados. Em 2010, o preço do amendoim teve uma tendência crescente até princípios de 2011. Em Abril deste último ano o preço começa a decrescer, voltando a subir nos últimos meses do ano referido.

A cidade de Lichinga e o distrito de Nhamatanda registaram os preços mais altos em relação às outras cidades/distritos avaliados.

Resumidamente constata-se:

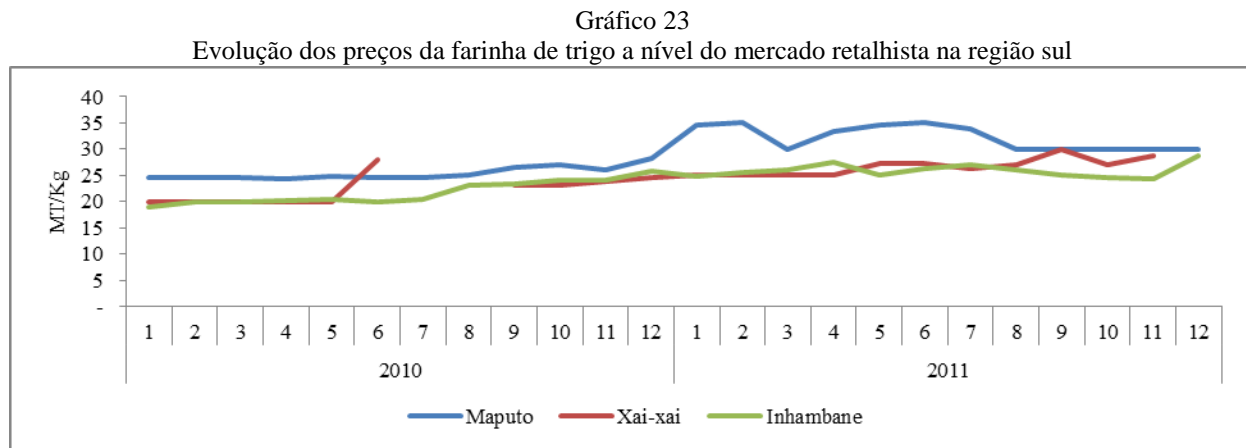
- A tendência para um rápido aumento dos preços (incremento da procura para exportação).

- Confirma-se a sazonalidade dos preços, embora com menor grau de variação comparativamente com os bens anteriormente apresentados.
- Existe alguma convergência de preços entre estas três zonas do país embora sejam ligeiramente superiores na zona sul que é principalmente consumidora.

4.5. Farinha de trigo

Como forma de analisar a evolução do preço da farinha de trigo nos diferentes mercados do país considerou-se o preço a nível do mercado retalhista.

A nível da região sul levou-se em consideração a evolução do preço da farinha de trigo nas cidades de Maputo, Xai-Xai e Inhambane.



Fonte: SIMA.

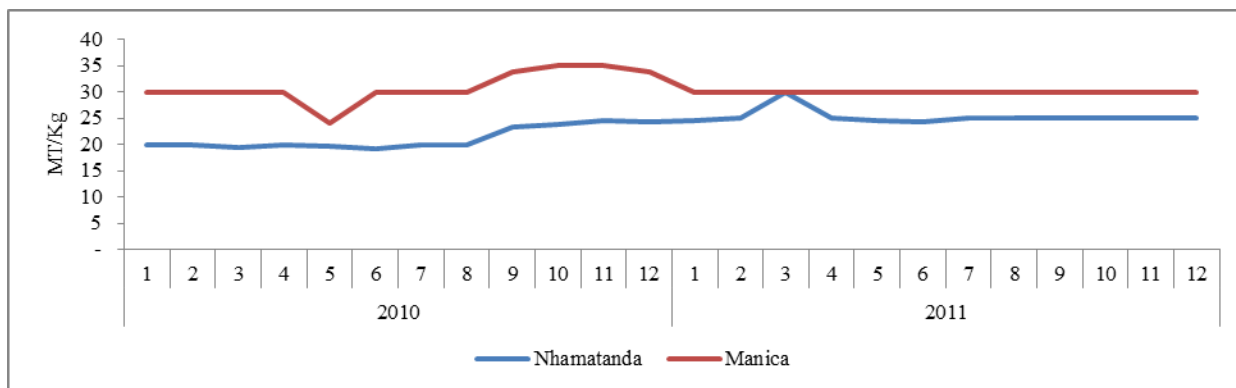
Relativamente à região sul, as diferenças no preço da farinha de trigo nas três cidades é inferior das verificadas nas regiões centro e norte. No entanto, a cidade de Maputo possui geralmente um preço bastante mais elevado que Xai-Xai e Inhambane (podendo atingir uma diferença de cerca de 30%).

Os preços praticados nas cidades de Xai-Xai e de Inhambane foram bastante próximos e apresentaram uma tendência crescente, mas sem grandes alterações, ao longo dos dois anos.

Por sua vez, a cidade de Maputo apresentou os preços mais altos da região, tendo registado algumas variações nos princípios de 2011.

No que se refere à região centro do país, analisaram-se os preços praticados no distrito de Nhamatanda e na cidade de Manica.

Gráfico 24
Evolução dos preços da farinha de trigo a nível do mercado retalhista na região centro



Fonte: SIMA.

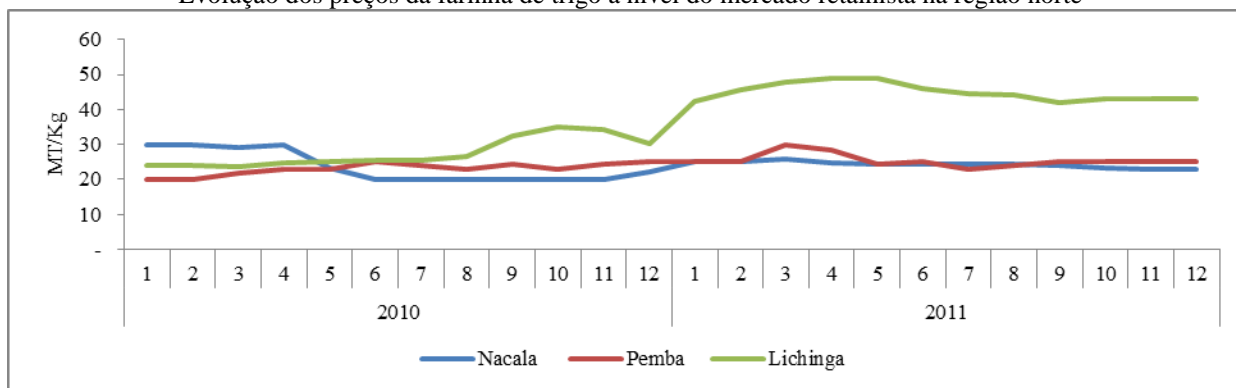
Nota-se uma diferença significativa entre os preços praticados no distrito de Nhamatanda e na cidade de Manica. No entanto, essa diferença tende a reduzir ao longo do tempo.

Os preços praticados na cidade de Manica são visivelmente mais elevados que os praticados no distrito de Nhamatanda. Entretanto, em Setembro de 2010 os preços praticados neste último mercado sofreram um aumento e voltaram a aumentar em Março do ano seguinte. Em Abril de 2010 sofreram um decréscimo, tendo estabilizado até finais do referido ano.

Relativamente ao mercado da cidade de Manica, houve uma certa variação do preço da farinha de trigo em 2010. No ano seguinte o preço manteve-se constante.

No norte do país, observou-se os preços praticados nos mercados de Nacala, Pemba e Lichinga.

Gráfico 25
Evolução dos preços da farinha de trigo a nível do mercado retalhista na região norte



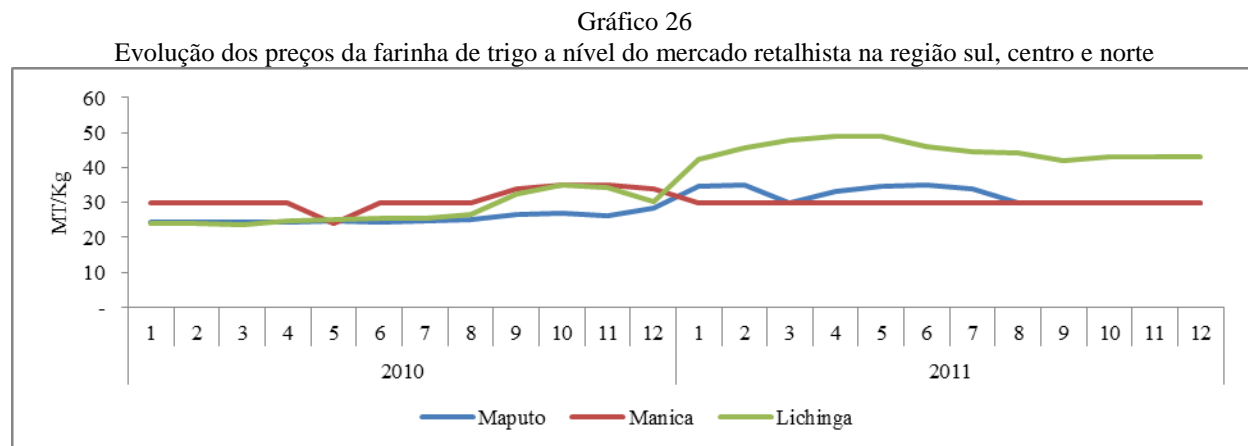
Fonte: SIMA.

Até Abril de 2010 a cidade de Nacala registava os preços mais altos da região, em comparação com as outras duas cidades. Por sua vez, estas duas cidades praticavam preços muito próximos.

No entanto, a partir de Maio de 2010, os preços praticados na cidade de Nacala sofreram uma redução, chegando a níveis abaixo dos preços praticados na cidade de Pemba. Enquanto isso, os preços efectuados na cidade de Lichinga aumentaram, passando estes a ser os mais altos da região.

Comparando o preço praticado em Janeiro de 2010 e em Dezembro de 2011, verificou-se o seguinte: (1) o preço praticado no mercado de Pemba não sofreu alterações significativas; (2) na cidade de Nacala o preço decresceu; e, (3) na cidade de Lichinga registou-se um aumento do preço.

Para analisar a evolução dos preços praticados nas três regiões, levou-se em consideração as cidades de Maputo, Manica e Lichinga.



Fonte: SIMA.

Em 2010 os preços mais altos foram praticados na cidade de Manica. No entanto, no ano seguinte, a cidade de Lichinga é que passou a praticar os preços mais altos do mercado.

Relativamente à cidade de Maputo, é de referir que durante o ano de 2010 não se verificaram alterações nos preços. No entanto, a partir do primeiro mês de 2011 o preço da farinha de trigo começou a registar algumas flutuações, passando esta a ser a segunda cidade com os preços mais altos.

O caso contrário foi verificado na cidade de Manica, que observou variações e preços altos em 2010, tendo estabilizado no ano seguinte.

De uma forma geral, os preços mais altos foram praticados na cidade de Lichinga e, conseqüentemente, no norte do país.

Em resumo pode afirmar-se:

- A produção de trigo não apresenta variações sazonais de preços por ser quase totalmente importado e existir uma oferta estabilizada.
- As variações dos preços são consequência, principalmente, de alterações no mercado internacional e dos custos internos de transporte.

5. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL

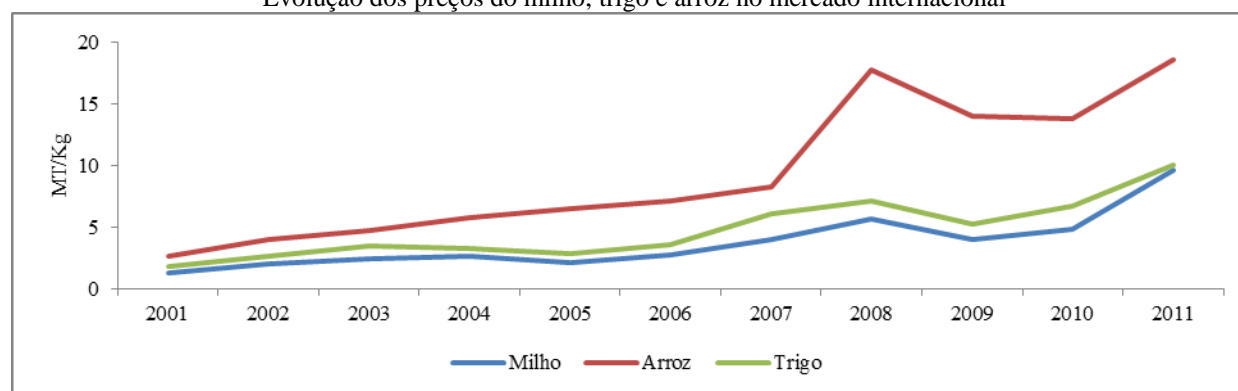
Para análise dos preços praticados no mercado internacional consideraram-se os produtos analisados anteriormente, com excepção do feijão nhemba (devido à falta de informação sobre os preços desta leguminosa no mercado internacional) e da farinha de trigo.

Os dados referentes aos preços no mercado internacional foram obtidos na *Food and Agriculture Organization* (FAO), referentes a um período de 11 anos (2001 – 2011).

Os referidos dados foram contabilizados em dólares por toneladas (US\$/tonelada). Sendo assim, para efeitos de comparação com os preços praticados no mercado nacional, achou-se pertinente calcular os preços praticados no mercado internacional em meticais por quilo (MT/kg), tendo-se usado o câmbio médio anual disponível no *site* do Banco de Moçambique (BdeM).

Devido à grande diferença de escala entre os preços dos cereais e do amendoim, elaboraram-se dois gráficos. O primeiro refere-se à evolução dos preços das três maiores culturas de cereais do mundo, nomeadamente, milho, trigo e arroz.

Gráfico 27
Evolução dos preços do milho, trigo e arroz no mercado internacional



Fonte: FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

Relativamente ao milho, pode notar-se que o preço deste cereal no mercado internacional tem aumentado nos últimos anos. Este passou de 1.36MT/kg em 2001 para 9.64MT/kg em 2011, o que significa que neste último ano o milho estava sete vezes mais caro que em 2001.

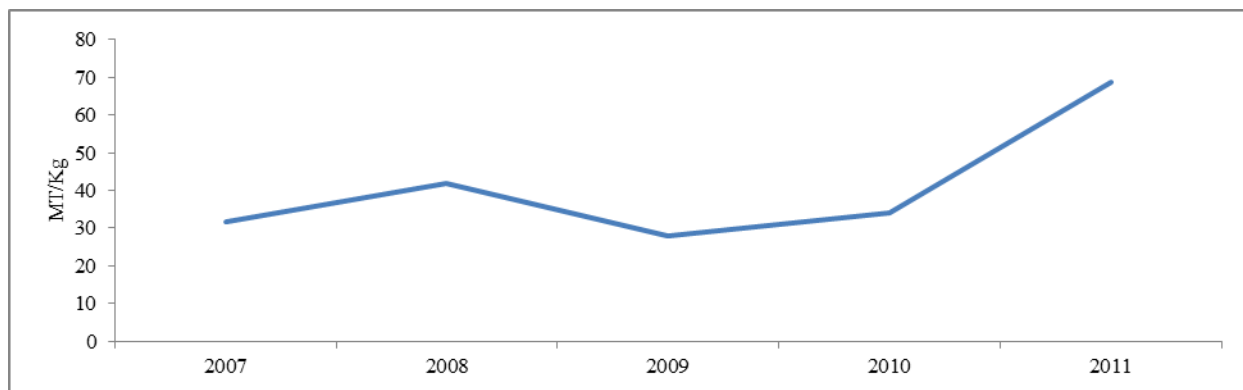
Pode verificar-se o mesmo cenário no que se refere ao trigo. É de notar que o preço destes dois cereais segue a mesma tendência ao longo dos anos analisados.

O arroz é o cereal que registou os preços mais altos na série analisada. Entre 2001 e 2007, verificaram-se ligeiros aumentos no preço praticado no mercado internacional. No entanto, em 2008, este sofreu uma subida drástica, passando de 8.36MT/kg em 2007 para 17.83MT/kg em 2008, o que significa um aumento na ordem de 113%. Nos dois anos subsequentes o preço reduziu, voltando a subir em 2011.

De um modo geral, o preço dos três cereais registou uma tendência similar ao longo dos anos.

Relativamente ao preço do amendoim no mercado internacional considerou-se somente o período 2007 a 2011, visto que a informação disponível no *site* da FAO é relativa a esses anos.

Gráfico 28
Evolução dos preços do amendoim no mercado internacional



Fonte: FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

Pode verificar-se que o preço do amendoim no mercado internacional tem aumentado significativamente ao longo dos anos, excepto em 2009 onde registou-se uma redução.

Comparando o preço dos cereais (milho, trigo e arroz) com o preço do amendoim, pode verificar-se que este último apresenta os preços mais elevados.

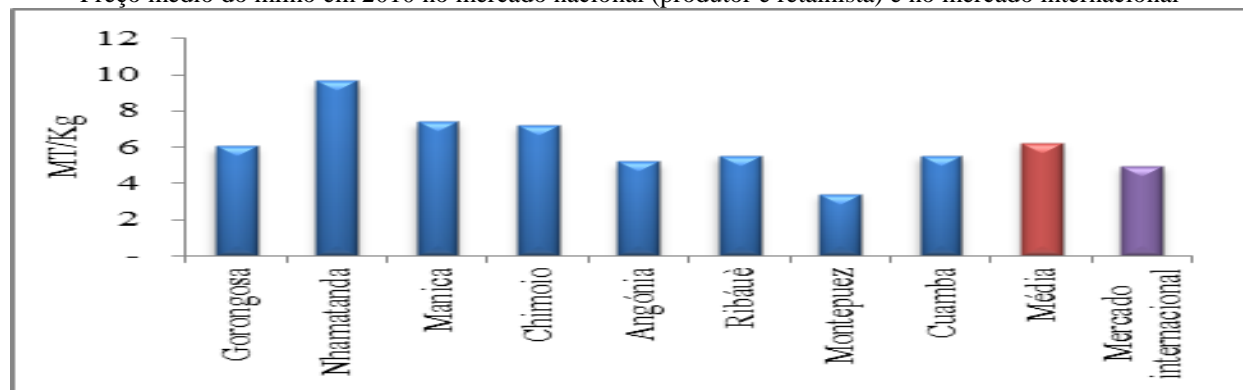
O preço mais alto foi de 68.80MT/kg, verificado em 2011, o que representa um acréscimo de pouco mais de 100% do preço registado no ano anterior.

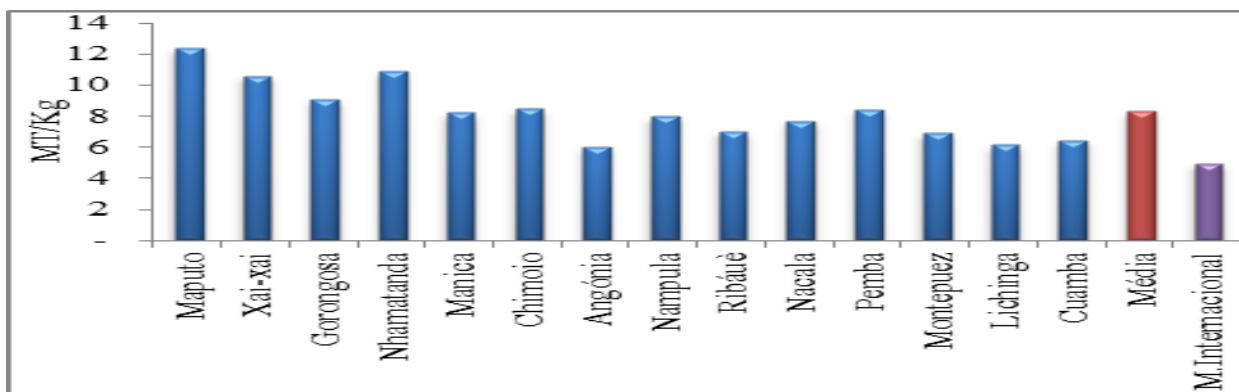
Para efeitos de comparação entre o preço praticado no mercado nacional e internacional, consideraram-se apenas os dois últimos anos. Para tal, calculou-se as médias anuais para os preços praticados no mercado interno (a nível do produtor e do mercado retalhista).

Os gráficos seguintes mostram o preço do milho praticado em 2010 a nível nacional (produtor e retalhista) e a nível internacional.

Gráficos 29 e 30

Preço médio do milho em 2010 no mercado nacional (produtor e retalhista) e no mercado internacional





Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

No que se refere ao milho, pode dizer-se que em 2010 o preço médio mais baixo de 3.36MT/kg foi praticado na cidade de Montepuez. Nas restantes cidades/municípios, o milho custava acima de 5MT/kg. Em média, o milho a nível do produtor custava por volta de 6.23MT/kg. Relativamente ao preço do milho a nível do mercado retalhista, pode verificar-se que o preço mais baixo (6.01MT/kg) foi praticado na cidade de Angónia. No mercado internacional o preço médio do milho foi de 4.93MT/kg. Isto significa que o preço deste cereal a nível do mercado internacional era mais atractivo, pois tanto a nível do produtor como do retalhista o preço médio do milho foi consideravelmente superior ao preço do mercado internacional.

Em 2011 o milho registou os seguintes preços:

Gráfico 31

Preço médio do milho em 2011 no mercado nacional ao produtor no mercado internacional

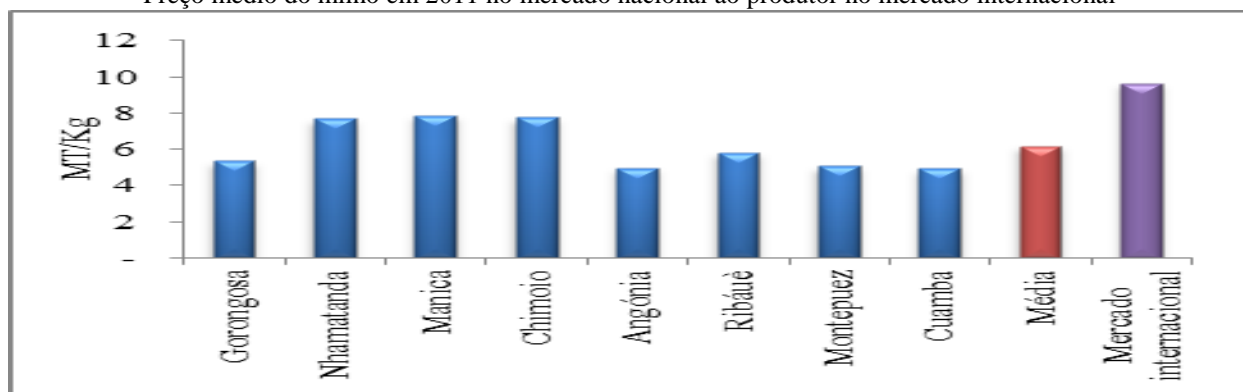
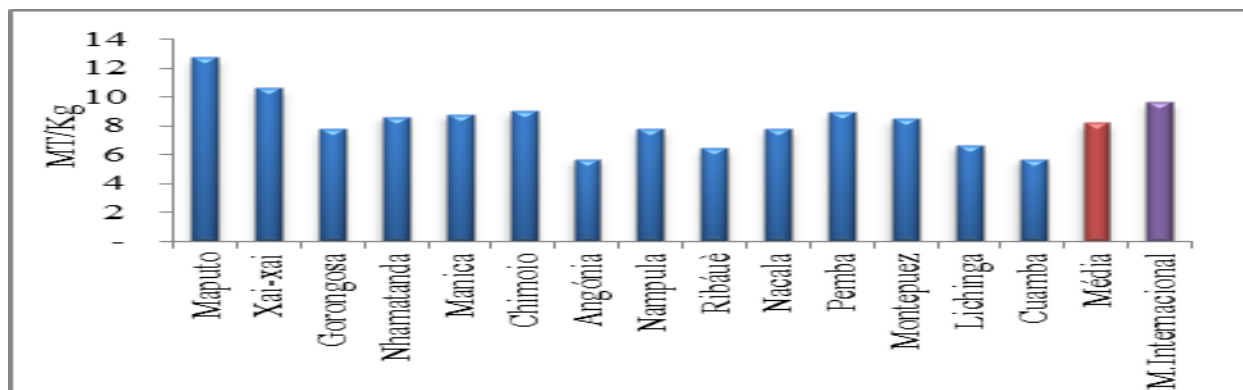


Gráfico 32

Preço médio do milho em 2011 no mercado nacional ao retalhista no mercado internacional



Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

Em 2011, o preço do milho no mercado internacional aumentou significativamente, passando para 9.64MT/kg. Enquanto no mercado nacional, este cereal era comercializado, a nível do produtor, ao preço médio de 6.19MT/kg, sendo o preço mais baixo praticado na cidade de Cuamba (4.95MT/kg). No mercado retalhista, o milho era comercializado ao preço médio de 8.20MT/kg (o preço médio mais baixo foi registado nas cidades de Cuamba e Angónia, 5.66MT/kg).

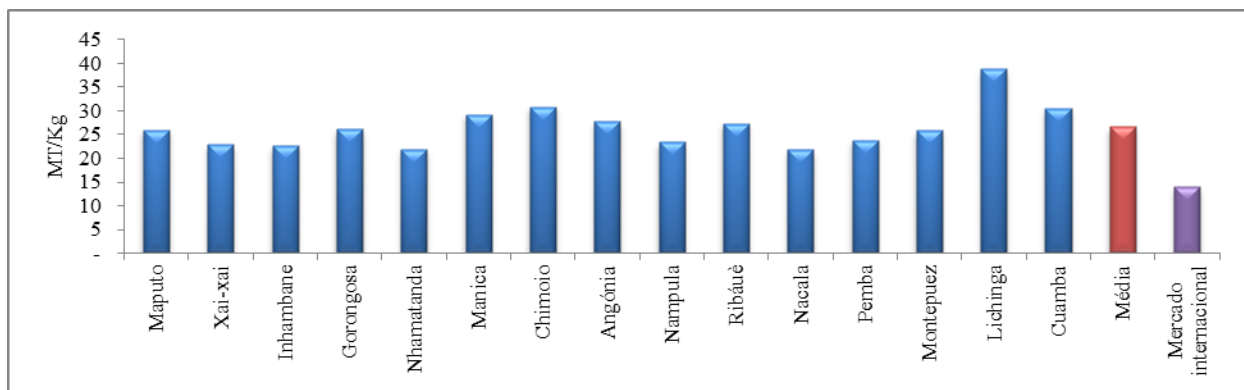
Sendo assim, pode dizer-se que em 2011 o preço a nível do mercado nacional era mais atractivo que o preço internacional. No entanto, este facto não se deve à redução do preço no mercado nacional. Pelo contrário, verificou-se uma subida do preço no mercado internacional.

Em média o preço interno é geralmente superior ao milho importado. Para além do factor preço, as indústrias preferem o milho importado pelas razões de qualidade anteriormente referidas e ainda pela estabilidade do fornecimento de quantidades elevadas.

Relativamente ao arroz, verificou-se em 2010, nos mercados nacional e internacional, os seguintes preços médios:

Gráfico 33

Preço médio do arroz em 2010 no mercado nacional (retalhista) e no mercado internacional

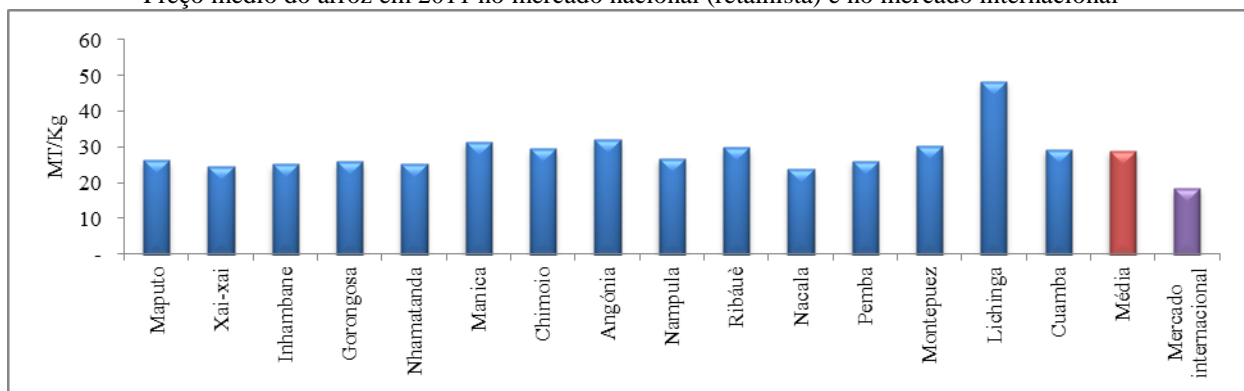


Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

Pode verificar-se que o preço mais baixo foi registado no mercado internacional, cerca de 13.89MT/kg de arroz. No mercado interno, o arroz custou em média 26.54MT/kg. O preço mais baixo foi registado na cidade de Nacala (21.78MT/kg) e o mais alto na cidade de Lichinga (38.77MT/kg).

Quanto aos preços praticados no mercado interno e externo em 2011, observou-se a seguinte situação:

Gráfico 34
Preço médio do arroz em 2011 no mercado nacional (retalhista) e no mercado internacional



Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

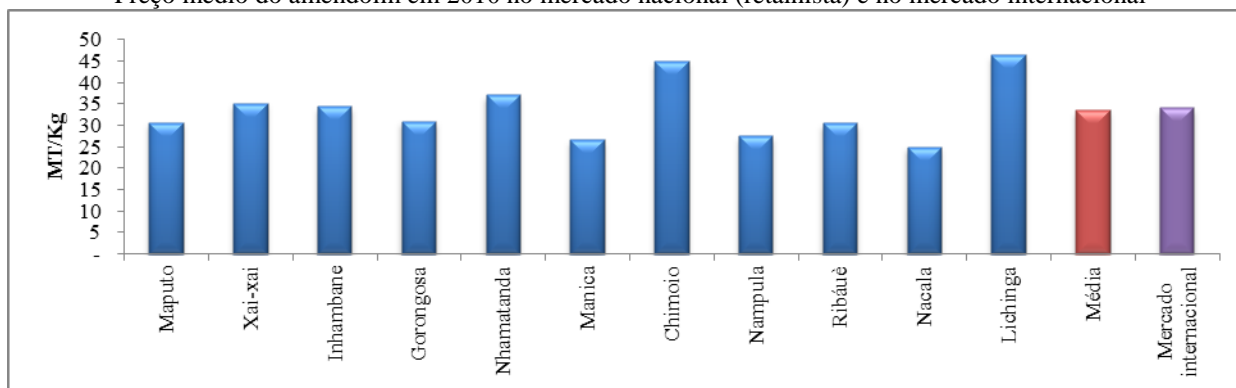
O preço do arroz registou acréscimos em 2011. No entanto, é de notar que a diferença de preços verificada a nível do mercado retalhista no mercado interno para o ano de 2011 é semelhante à diferença registada no ano anterior.

Em 2011, o arroz era comercializado ao preço médio de 29.09MT/kg. O preço mais baixo foi registado novamente na cidade de Nacala (23.92MT/kg) e o mais alto em Lichinga (48.50MT/kg). Nota-se, claramente, que o preço mais baixo é praticado no mercado externo, cerca de 18.67MT/kg.

O cenário que segue mostra os preços médios do amendoim praticados a nível do mercado internacional e nacional para o ano de 2010.

Gráfico 35

Preço médio do amendoim em 2010 no mercado nacional (retalhista) e no mercado internacional



Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; e, BdeM para câmbio médio anual.

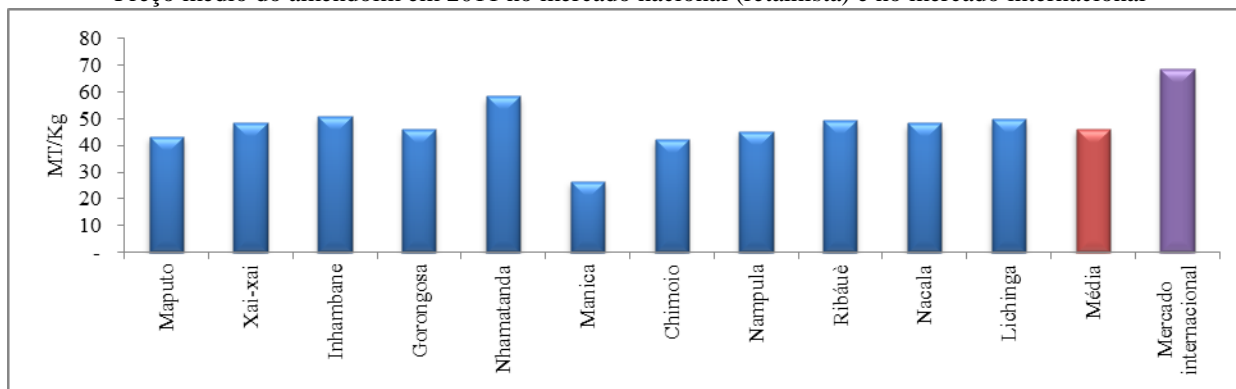
O preço médio praticado no mercado interno foi idêntico ao praticado no mercado internacional. No entanto, notou-se alguma diferença entre os preços praticados nas cidades/distritos.

A cidade de Nacala apresentou os preços médios mais baixos do mercado (25.00MT/kg). E a cidade de Lichinga caracterizou-se por ter registado os preços médios mais altos (46.48MT/kg).

Para o ano de 2011 observou-se o seguinte cenário:

Gráfico 36

Preço médio do amendoim em 2011 no mercado nacional (retalhista) e no mercado internacional



Fonte: SIMA para preços no mercado nacional; FAO para preços no mercado internacional; BdeM para câmbio médio anual.

O preço mais baixo praticado no mercado nacional foi registado na cidade de Manica (26.62MT/kg), e o mais alto no distrito de Nhamatanda (58.53MT/kg). O preço médio praticado no mercado interno foi de 46.25MT/kg e no mercado internacional foi de 68.80MT/kg.

É de notar que o preço médio praticado no mercado nacional foi significativamente inferior ao preço praticado no mercado externo.

Para o caso do trigo, não foi possível comparar o preço do mercado internacional com o do mercado nacional, pois os dados disponibilizados pelo SIMA referem-se somente aos preços da farinha de trigo, não contendo informações sobre os preços do trigo grão.

6. OFERTA NACIONAL

Para análise da oferta do mercado nacional consideraram-se os dados referentes à produção nacional, importações e exportações. Foram recolhidos dados para os quatro produtos apresentados na secção referente aos preços internacionais. Os referidos dados foram recolhidos no *site* da FAO para o período entre 2001 e 2009, com excepção do arroz cujos dados referem-se ao período 2001 a 2007.

Para calcular o volume de oferta no mercado nacional, considerou-se o volume da produção nacional acrescido do volume de importações e, a esse montante, deduziu-se o volume de exportações.

No que se refere ao milho apresenta-se o seguinte gráfico:



Fonte: FAO.

Através do gráfico pode notar-se que a maior proporção do milho consumido no país é produzida internamente. É de notar também que a produção anual e a oferta nacional têm aumentado significativamente ao longo dos anos.

Relativamente às importações, pode verificar-se que estas têm diminuído significativamente em relação aos dois primeiros anos analisados no gráfico.

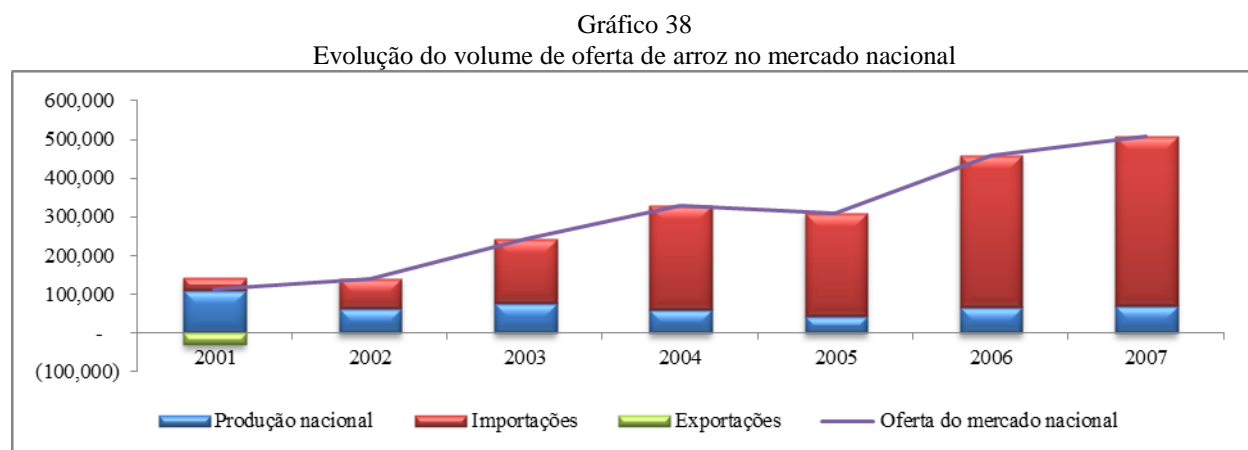
Apesar da produção nacional de milho ter aumentado, esta destina-se, quase na totalidade, ao consumo interno. Em média, menos de 1% da produção total de milho destina-se à exportação, com excepção de 2006, em que se exportou cerca de 7% da produção total.

As exportações informais principalmente para o Malawi e Zâmbia, podem não ter grande peso no conjunto do mercado de milho⁴⁸. Porém conforme o estudo de Tschirley e Santos (1999), sobre as exportações de milho para o Malawi demonstra essencialmente:

- Que os produtores do milho beneficiam-se com as exportações, não só pelo efeito do volume de vendas como pelos preços de exportação (quando existem exportações os preços sobem, mesmo que ligeiramente) e os consumidores dos locais de exportação não são afectados. Mesmo que exista um aumento dos preços locais, a maioria da população das principais zonas excedentárias, não são negativamente afectados por não serem, na sua maioria, consumidores netos (produção – consumo) deste cereal.
- O documento sugere que o comércio externo seja liberalizado, os procedimentos burocráticos para as exportações sejam descentralizadas para o nível da província e que sejam melhoradas a eficiência e eficácia dos portos e caminhos-de-ferro para redução dos custos de transportes.
- O documento não é conclusivo acerca das sugestões sobre a especialização das exportações para os países da região e a importação para a zona sul, especialmente para Maputo, alegando principalmente: os custos de transporte e as dificuldades de conexão; e, na época colonial já existia essa prática (factor experiência/tradição)⁴⁹.
- Acrescentam que os custos de produção em Moçambique são altos e caso os países vizinhos produzam de acordo com as suas capacidades agro ecológicas e experiência passada, exigirá a redução do preço do milho moçambicano para o manter competitivo. Sugerem a intensificação da produção com efeitos sobre a produtividade e a redução dos custos unitários.

Verificam-se alterações significativas na oferta ao longo do período analisado em consequências das variações da produção doméstica. Realça-se que nos dois últimos anos esta tem aumentado.

Para o cálculo do volume de oferta do arroz no mercado nacional, considerou-se o arroz branqueado, podendo observar-se a seguinte situação:



⁴⁸ No entanto, segundo Paulo (2011), as exportações rondavam entre as 70 e 80 mil toneladas nos anos 2005 a 2008, tendo baixado para cerca de 28 mil toneladas em 2011, principalmente devido ao aumento da produção no Malawi. De entre os países da região para onde o comércio informal exportava milho, cerca 90% destinava-se para o Malawi. O mesmo autor estima que o valor do milho exportado alcançou em 2008 cerca de 18 milhões de dólares americanos, o que representa um acréscimo de renda para os agricultores das zonas fronteiriças.

⁴⁹ Relativamente ao milho não é certa essa afirmação. Muito milho excedentário das zonas centro e norte do país era comercializado pelo Instituto dos Cereais de Moçambique (veja na secção da Comercialização).

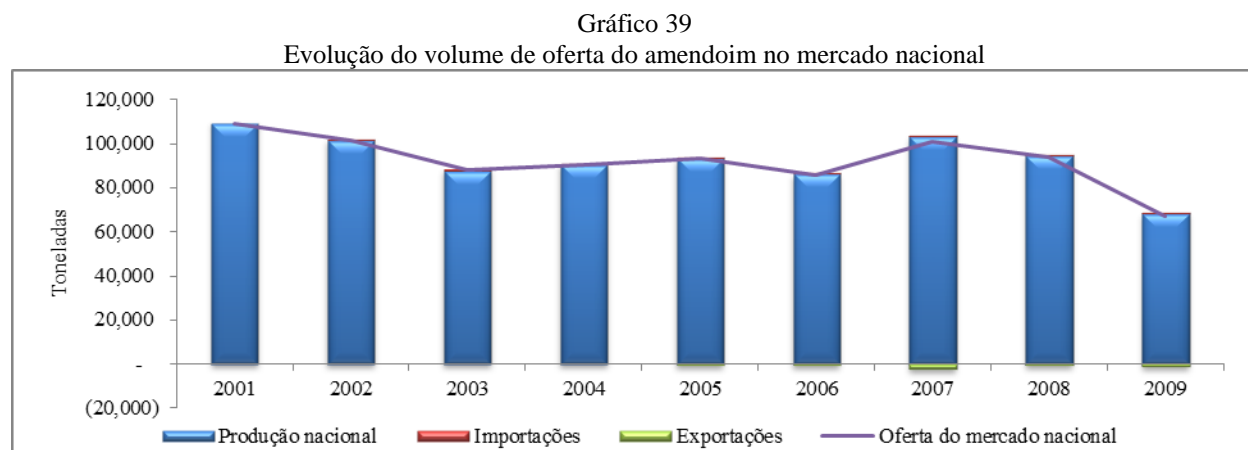
Fonte: FAO.

Pode verificar-se que a maior parte do arroz consumido em Moçambique é importada. E esta situação tem tendência a agravar-se ao longo dos anos. O volume de importação mais baixo foi registado em 2001, onde se importaram somente 32.000 toneladas de arroz, e o maior volume de importação foi em 2007 de cerca de 437.000 toneladas de arroz.

A produção nacional do arroz tem-se mostrado muito baixa ao longo dos anos e com uma tendência decrescente. Relativamente às exportações, pode notar-se que somente houve exportação de arroz em 2001.

A oferta do arroz no mercado nacional tem crescido ao longo dos anos. No entanto, este aumento não se deve ao aumento da produção nacional, pelo contrário, está relacionado com aumento das importações.

Para análise da oferta do amendoim no mercado nacional elaborou-se o gráfico que segue. Nesta análise considerou-se a produção nacional, a importação e exportação do amendoim com casca.



Fonte: FAO.

Pode verificar-se que praticamente todo amendoim que é consumido no país é produzido localmente. Entre 2001 e 2009, a produção anual de amendoim era em média de 90.000 toneladas.

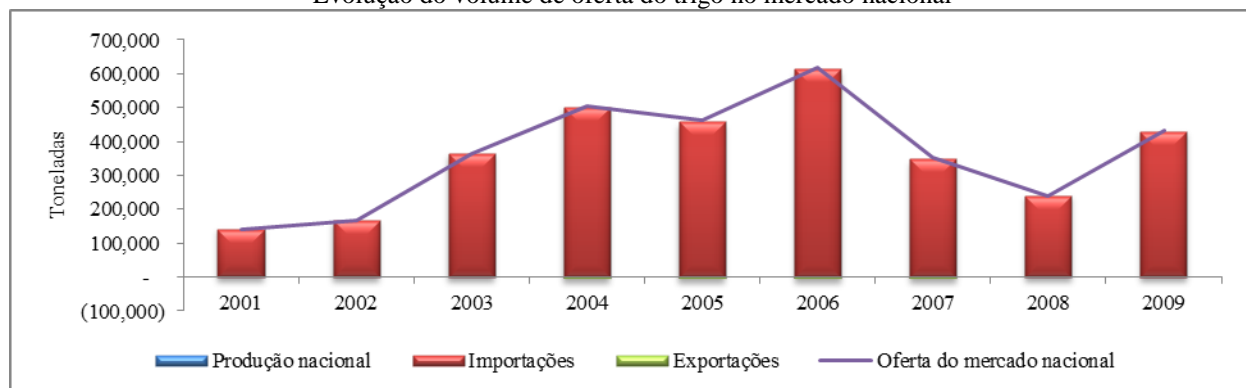
Não se têm verificado importações significativas de amendoim ao longo destes anos. O volume de importação de amendoim mais significativo foi registado em 2003, com a importação de aproximadamente 1.000 toneladas do mesmo. No entanto, sabe-se que nos mercados de Maputo existe amendoim importado informalmente, embora em quantidades menores que em anos anteriores.

No que se refere às exportações, é de notar que estas também não registaram volumes consideráveis. O volume de exportação de amendoim foi muito baixo, com excepção de 2007 e 2009, em que se exportaram pouco mais de 2.000 e 1.000 toneladas de amendoim, respectivamente.

A oferta de amendoim no mercado nacional tem sofrido alterações, principalmente os verificados em 2003, de 2006 para 2007 e de 2008 para 2009.

A oferta de trigo no mercado nacional apresentou, por sua vez, a seguinte evolução:

Gráfico 40
Evolução do volume de oferta do trigo no mercado nacional



Fonte: FAO.

A produção nacional de trigo é quase nula quando comparada ao volume importado. Anualmente produz-se em média 2.000 toneladas de trigo. Por sua vez, importam-se em média, quase 400.000 toneladas de trigo anualmente.

Nos dois primeiros anos analisados notou-se uma baixa importação de trigo, que foi aumentando consideravelmente desde então. O ano de 2006 merece especial atenção, pois foi o ano cuja importação superou qualquer outro volume importado durante o período estudado, tendo-se registado a importação de 613.300 toneladas.

Existiu, tal como no caso do milho, exportação de trigo para o Malawi, principalmente devido aos seguintes aspectos:

- Promoção da cultura do milho sem a devida estruturação do comércio para aquisição do produto aos pequenos camponeses.
- Preço de transportes elevados fazendo que os moageiros localizados nas zonas consumidoras, preferiram o milho importado mais barato.
- Défice de produção no Malawi, já superado.

Consequentemente verificou-se o abrandamento da produção de trigo pelos pequenos produtores.

Relativamente à oferta do trigo no mercado nacional, pode notar-se que esta tem registado variações inter- anuais significativas. Até 2006 verificou-se um aumento da oferta do mercado, derivado principalmente do aumento das importações. No entanto, nos dois anos subsequentes o volume de oferta reduziu drasticamente, voltando a aumentar em 2009.

7. RESUMO

Todos os bens analisados revelaram variações sazonais e inter-anuais. São detectáveis diferenças de preços entre zonas e, dentro da mesma zona, entre o preço ao produtor e ao retalhista (consumidor), neste caso com uma relação superior ao dobro (preço ao consumidor/preço ao produtor). Estes factos devem-se principalmente aos seguintes aspectos:

- Variações de produção (oferta) devido a factores diversos (clima, preços, escoamento da produção acumulada de anos anteriores, etc.).
- Inexistência, ou baixos *stocks* ao longo das cadeias de valor para contribuir para a estabilização da oferta com efeitos sobre a variabilidade sazonal dos preços.
- Elevados custos de transporte e dificuldades de comunicação (estradas secundárias e terciárias) que articulem algumas importantes zonas produtoras.
- Presença de estruturas oligopsónicas, sobretudo dos agentes económicos que operam sazonalmente e não residem nas zonas produtoras (comércio informal de vendedores dos mercados citadinos ou ao longo dos dois corredores de comunicação) e comerciantes exportadores.
- Aumento significativo de canais e agentes económicos que comercializam produtos agrícolas sem que exista uma concepção de rede comercial que articule os mercados e alcance importantes zonas excedentárias, com prejuízo dos produtores e consumidores.
- Variações dos preços no mercado internacional afectando os preços ao consumidor e ao produtor.

A análise por produto foi realizada no final das respectivas secções do texto.

Os gráficos revelam que os preços no consumidor da maioria dos bens analisados é geralmente mais baixo na cidade de Maputo (exceptuam-se os bens cujo abastecimento provém dos centros produtores do centro e norte do país). Esta constatação deriva da permanente preocupação governativa para a estabilização dos preços ao consumidor, principalmente nas cidades, com particular incidência nas épocas festivas, o que é geralmente assegurado com reforços nas quantidades importadas e melhoria de condições para os importadores⁵⁰. Não são conhecidas acções de concertação com os produtores para reforço da produção (colheita) para os mesmos períodos (por exemplo em relação a hortícolas, frutas e carne de frango, bens não trabalhados neste estudo). Este é um exemplo da prioridade atribuída para a estabilidade e contenção dos preços dos bens essenciais com penalização dos produtores nacionais. Eis um caso que se enquadra no que designa pelo dilema dos preços agrícolas, particularmente dos alimentares. A reconhecida sobre valorização da moeda local é também um exemplo da gestão macroeconómica que prioriza a contenção da inflação dos bens essenciais nas cidades.

O crescimento da indústria de rações e o surgimento de mais moageiras de grande escala, levanta questões de qualidade do milho (sabor, facilidade de transformação, níveis de conversão do grão em farinha, etc.), que devem ser consideradas na pesquisa e posteriormente na difusão de novas variedades. O milho importado é mais barato que o proveniente do norte do país. O mesmo aconteceu com o trigo.

O comércio transfronteiriço informal não deveria ser dificultado mas sim integrado em circuitos formais em benefício dos produtores que vêem os preços aumentar ligeiramente devido à integração dos mercados, incremento dos rendimento e mercado assegurado dos excedentes.

⁵⁰ São conhecidas autorizações de importações de determinados produtos especificamente para as épocas de festa (com aceitação dos produtores locais ou das suas associações, por exemplo em relação à importação de aves) e de reuniões com os importadores informais (*mukeristas*) para reforço do abastecimento e facilidades nos procedimentos alfandegários.

A subida dos preços internacionais do amendoim e do feijão provocaram semelhantes variações internas, o que se pode reflectir na estrutura produtiva dos pequenos produtores, por exemplo, substituindo a produção de milho que perdeu poder aquisitivo, ou dito de outra forma, baixou o preço relativo comparativamente com outras culturas.

Quanto à oferta dos bens estudados, verificou-se que o mercado interno de milho e do amendoim é abastecido pela produção nacional (entre 80 a 98% para o milho e quase 100% para o amendoim). Nos últimos anos notou-se uma tendência crescente do volume de oferta do milho, enquanto o volume de amendoim teve variações significativas nos dois sentidos. O arroz consumido no país é quase totalmente importado, não obstante o volume de oferta interna apresentar uma tendência crescente. A produção nacional de trigo é irrelevante comparativamente com os níveis de consumo. O volume de oferta deste cereal no mercado interno cresceu em relação a 2001 e 2002, verificando-se, no entanto, uma redução nos últimos anos.

Os preços internacionais dos produtos estudados revelaram uma tendência de aumento, o que confirma as previsões e constatações da FAO. Teve particular aumento o preço do amendoim. Em 2010 os preços dos produtos analisados no mercado internacional, nomeadamente milho, arroz e amendoim, eram mais baixos que os praticados no mercado nacional. Em 2011 verificou-se a situação contrária para o milho e o amendoim, ou seja, os preços praticados internamente eram mais baixos que os internacionais. No entanto, o mesmo não se verifica para o arroz, pois apesar do preço internacional ter aumentado de 2010 para 2011 este manteve-se inferior ao preço do mercado nacional. Em resumo, pode afirmar-se que regra geral os preços internacionais possuem flutuações que colocam os preços internos acima ou abaixo dos praticados internacionalmente. Isto é, a competitividade da produção local não está assegurada.

É importante tomar em consideração os níveis de rendimento obtido por um pequeno produtor que produza um ou uma combinação dos bens estudados. Está em fase de conclusão um trabalho de pesquisa que fornece informações evidentes do poder aquisitivo do milho em relação ao preço do cabaz de compra que é utilizado para o cálculo do Índice de Preço ao Consumidor (IPC). O rendimento médio do produtor de milho (produção média de milho multiplicada pelos preços correspondentes) é que, de entre os rendimentos de outras culturas estudadas (inclui também o feijão manteiga e o amendoim), menos cobre o preço do cabaz de compras (entre 30 e 40%)⁵¹ para a série temporal 1997-2011. Esta constatação, entre outras que serão divulgadas oportunamente, reforça a possibilidade de algumas mudanças de prioridades nas opções produtivas dos pequenos produtores.

A oferta de milho e amendoim no mercado nacional é praticamente assegurada pela produção nacional (exceptuando o milho, sobretudo para a indústria moageira e de rações em Maputo). O contrário verifica-se com a oferta de arroz e de trigo, sendo este último totalmente importado.

8. LIÇÕES DE POLÍTICA/RECOMENDAÇÕES

Perante as constatações e com o objectivo de estabilizar o preço ao produtor e ao consumidor e ainda para se assegurar graus de compromisso no quadro do dilema dos preços dos bens agrícolas, pode sugerir-se:

- Implementar incentivos⁵² para que mais agentes económicos se interessem pela comercialização com o objectivo de aumentar a concorrência na procura de bens agrícolas (reduzindo as actuais estruturas dominantes de monopsonio o oligopsonio) e diminuir o diferencial entre os preços ao produtor e ao consumidor.

⁵¹ Rendimento obtido pelo produtor de milho/preço total da cesta básica.

⁵² O tipo de incentivos não é objecto deste trabalho.

- Necessidade de concepção, estruturação e criação de incentivos para que se configure uma rede comercial articulada entre si que assegure o escoamento da produção e a concorrência em benefício dos produtores.
- Do lado da produção e de pós colheita, são necessárias medidas de redução dos riscos (sistemas de irrigação e de um sistema integrado a vários níveis de armazenagem, programas de luta contra pragas, prevenção de cheias e inundações, etc.⁵³), como forma de minimização das perdas de bens e das variações sazonais e inter-anuais.
- Uma maior intervenção regulatória do Estado utilizando combinações diversas entre recursos físicos e financeiros de estabilização da oferta e, conseqüentemente, dos preços. Esta seria um dos pilares de uma política de segurança alimentar.
- O Estado deveria monitorar a evolução dos preços relativos (entre culturas, destas com o salário mínimo e com o valor da cesta básica ajustada ao meio rural) de forma que o rendimento real dos pequenos produtores não decresça. Sugere-se a constituição de mecanismos de estabilização de preços administrativamente autónomos e autofinanciados, por exemplo, através de taxas de importação de produtos agrícolas.
- Aumentar a divulgação e oportunidade de informações acerca dos mercados junto dos produtores para que estes aumentem a capacidade negocial e adoptem estratégias de venda de acordo com os seus objectivos e possibilidades. As rádios locais ou de âmbito nacional com programas provinciais e a telefonia móvel, poderiam ser um bom veículo de divulgação.
- Seria desejável que a cobertura dos locais de recolha dos preços fosse alargada aos locais de produção e que a informação junto dos produtores fosse com uma maior frequência temporal.
- Fomentar a constituição de diversas formas de associativismo para que os produtores ganhem escala e capacidade negocial ou possam desempenhar actividades pós colheita (por exemplo, comercialização directa da produção)
- Criar incentivos coordenados, com ênfase sobre as medidas que provocam maiores incrementos de produtividade, que sejam estáveis a médio prazo e que incidam sobre as regiões de maior potencial produtivo a fim de obter maior eficiência dos incentivos e gastos públicos inerentes.
- A política macroeconómica deve ter em atenção os equilíbrios respeitantes ao “dilema dos preços dos produtos alimentares” para que a estabilidade dos preços aos consumidores urbanos não dificulte de forma continuada o rendimentos dos produtores agrícolas.

O aprofundamento da integração dos mercados para fazer convergir os preços, requer a melhoria das infra-estruturas (principalmente estradas) secundárias e terciárias, priorizando as zonas de maior produção de excedentes e a redução dos preços de transporte. Este objectivo não é alcançável a curto prazo devendo existir coordenação entre as estratégias de desenvolvimento dos sectores da agricultura, comércio interno e transportes e obras públicas. Não é ajustado nem vantajoso que se dificulte ou existam vários tipos de pressão contra o comércio transfronteiriço, incluindo do comércio informal.

O aumento do rendimento das famílias deve assentar principalmente no aumento da produtividade por hectare e por unidade do factor trabalho (jorna/dia de trabalho) do que resultaria uma maior competitividade e redução da variabilidade da produção e dos rendimentos e uma diminuição dos riscos. A manutenção dos actuais níveis de produtividade poderá implicar crescentes níveis de auto exploração familiar com a competitividade assente na pobreza das famílias camponesas. Estes aspectos ultrapassam o âmbito deste trabalho, remetendo-os para outras pesquisas.

⁵³ Grande parte dos riscos na agricultura abrange simultaneamente todos os produtores. Sendo assim, os efeitos dos factores de risco são multiplicados provocando maiores desequilíbrios nos mercados. Esta é uma das razões que dificultam as empresas seguradoras em conceder e possuir ofertas de produtos de seguro para a agricultura.

A investigação deve considerar a existência de vários mercados de produtos agrícolas respondendo às demandas de qualidade da procura, como foi referido para o caso do milho para consumo e como matéria-prima para a indústria.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON Anders (1994): *Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Tradução de Dulce Leiria. Maputo, impresso por CEGRAFE.

ALEGRE, Eladio Arnalte (2012): “Políticas agrícolas da União Europeia: lições para Moçambique”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora.

ARLINDO Pedro (2006): *Perspectivas de Mercado Nacional e Regional do Grão de Milho.* MINAG-DAP/SIMA), Fórum de Comercialização Agrícola Iniciativa PAMA e AMODER. Cuamba e Chiúre, Maio. Apresentação em *power point*.

BANCO MUNDIAL (2006): *Mozambique Agricultural Development Strategy: Stimulating Smallholder Agricultural Growth.* Report No. 32416-MZ

BERTHELEMY, Jean-Claude e MORRISSON, Christian (1989): “Crise agricole et pénurie de divisés en Afrique”. *Revue Française d’Economie*. Vol. IV, nº 3, pp. 3-30.

CASSAMO, Américo Izaltino (2012): *Despesas Públicas no Sector Agrário: Natureza, Desafios e oportunidades*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique. Maputo.

CHAYANOV, Alexander V. (1974): *La organización de la unidad económica campesina.* Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

DELGADO, Christopher L. and MELLOR, John W. (1987): “A Structural View of Policies Issues in African Agricultural Development”. *American Journal of Agricultural Economics*, Volume 69, Number 2, pp. 389-391.

DELGADO, Christopher L. and MELLOR, John W. (1984): “A Structural View of Policies Issues in African Agricultural Development”. *American Journal of Agricultural Economics*, Volume 66, Number 5, pp. 665-670.

FABBRI, Luiz Carlos (1995): *Sector familiar e a comercialização agrária na região central de Moçambique. Um diagnostico rápido.* Maputo, Visão Mundial Internacional

HANLON Joseph and SMART Teresa (2012): *Soya boom in Gúruè has produced few bigger farmers – so far.* <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d136343.pdf>.

JORGE, Raul (2012): “O mercado internacional de alimentos e efeitos sobre as economias em desenvolvimento”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora.

LELE, Uma (1989): “La gestión del desarrollo agrícola en Africa”. *Finanzas y Desarrollo*, Marzo de 1989, pp. 45-58.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2009): *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrario 2009-2018*. Maputo Ministério da Agricultura.

MINAG (S/data): *Dinâmica do Sector Agrário em Moçambique O Papel da Agricultura Comercial Familiar na Redução da Pobreza*. Apresentação em power point. Maputo.

MOSCA, João (2012a): “Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009)”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*, João Mosca (Coordenação). Maputo, Escolar Editora.

MOSCA, João (coordenação), BARRETO, Gizelda, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2012b): *Competitividade da economia moçambicana*. Lisboa, Escolar Editora. ISBN 978-989-670-029-4

MOSCA, João (2010): *Políticas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Lisboa, Escolar Editores.

MOSCA, João (2008): *Agricultura e Desenvolvimento em África*. Lisboa, Instituto Piaget.

MOSCA, João (2004): *SOS AFRICA*. Editora Piaget. Lisboa.

MOSCA, João e BRUNA, Natacha (2012): “BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA. Para uma estratégia de substituição de importações?”. *Observador Rural*, Nº 2. Maputo, Observatório do Meio Rural, Novembro.

PAULO, António Manuel (2011): *Transmissão de preços de Milho Branco entre Moçambique, Malawi e Zâmbia. Comunicação apresentada no Seminário sobre perspectivas de produção e comercialização agrícola na campanha 2010201*. Maputo, Direcção de Economia Agrária, Ministério da Agricultura.

PNUD (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Editora Mensagem.

SANTOS, Ana Paula et al (1998): Séries históricas dos Preços de Grão de Milho Branco e suas Tendências em Alguns Mercados do País. *Relatório de pesquisa Nº. 30*, de 18 de Maio de 1998. Maputo, MAP, Direcção de Economia.

SCHULTZ, T. (1965): *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SCHIFF, Maurice (1987): “A Structural View of Policies Issues in African Agricultural Development”. *American Journal of Agricultural Economics*, Volume 69, Number 2, pp. 384-389.

TOSTÃO Emílio e TSCHIRLEY David (2010): “Sobre o papel do governo no mercado de alimentos básicos: panorama baseado em pesquisa recente e implicações para Moçambique”. *Flash* No. 54P. Maputo, MINAG – Direcção de Economia.

TSCHIRLEY David L. e SANTOS, Ana Paula (1999): *The Effects of Maize Trade with Malawi on Price Levels in Mozambique: Implications for Trade and Development Policy*. Research Report No. 34, d e20 de Novembro. Maputo, Ministério da Agricultura E Pescas.

UAIENE, Rafael (2012a): “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Crompton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo). Em base digital.

UAIENE, Rafael (2008): *Produção e Comercialização Agrícola: Respostas à crise Mundial (draft)*. Palestra apresentada na presidência da República de Moçambique, Maio de 2008.

UAIENE, R. (2009): *Farm Households Efficiency in Mozambique*. IAAE.

WOLGIN, Jerome M. (2001): *Estratégia para reduzir a fome em África*. <http://aec.msu.edu>.

WOODHOUSE, Philp (2012): “Agricultura, pobreza e a receita do PARP”. *Desafios para Moçambique 2012*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR: office@omrmz.org que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Ao Observatório do Meio Rural reserva-se o direito de publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode exceder as 20 páginas em letra Times New Roman, tamanho 11, espaço simples entre linhas, e margens de 3cm em toda a página (cima, baixo, lado esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011, Edifício da Reitoria, r/c

Maputo – Moçambique